



MUNICÍPIO DE ARMAMAR

DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

2018

CO Planeamento e Controlo de Gestão


Armamar

*Terra de Emoções
Land of Emotions*

www.cm-armamar.pt



ÍNDICE

Parte I – Relatório da Política Orçamental.....	4
Capítulo I - Cenário Macroeconómico.....	5
1.1. Enquadramento Internacional.....	5
1.2. Enquadramento Nacional	9
Capítulo II – Análise dos Riscos Orçamentais e Situação das Finanças Locais	11
2.1. Riscos Orçamentais Relacionados com Administração Local.....	11
2.2. Situação Financeira da Administração Local.....	12
Capítulo III – Objetivos e Políticas de Desenvolvimento Estratégico.....	15
3.1. Visão.....	15
3.2. Missão	15
3.3. Política Orçamental Proposta.....	15
3.3.1. Objetivos Estratégicos	17
3.3.2. Áreas de Intervenção	18
Capítulo IV – Elementos Complementares às Demonstrações Previsionais	19
4.1. Relação das Responsabilidades Contingentes	19
4.2. Responsabilidades Financeiras Resultantes de Compromissos Plurianuais.....	19
4.3. Mapa das Entidades Participadas pelo Município.....	20
4.4. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2017-2021	20
Parte II – Regulamento do Orçamento do Município de Armamar.....	23
Capítulo I – Norma de Execução Orçamental.....	23
1.1. Articulado das Medidas para a Execução Orçamental.....	23
Capítulo I - Âmbito e Princípios Genéricos.....	23
Artigo 1.º - Definição e Objeto	23

Artigo 2.º - Execução Orçamental	24
Artigo 3.º - Modificações ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano	24
Artigo 4.º - Registo Contabilístico	25
Artigo 5.º - Gestão dos Bens Móveis e Imóveis do Município	26
Artigo 6.º - Gestão de Stocks	26
Capítulo II - Receita Orçamental.....	27
Secção I - Princípios.....	27
Artigo 7.º - Princípios Gerais para Arrecadação de Receitas	27
Secção II - Entrega das Receitas Cobradas.....	27
Artigo 8.º - Cobranças pelos Serviços Municipais	27
Secção III - Isenções e Reduções.....	28
Artigo 9.º - Isenções e Reduções de Taxas.....	28
Capítulo III - Despesa Orçamental.....	29
Secção I - Princípios e Regras.....	29
Artigo 10.º - Princípios Gerais para a Realização da Despesa	29
Artigo 11.º - Tramitação dos Processos de Despesa	30
Artigo 12.º - Gestão de Contratos	31
Artigo 13.º - Conferência e Registo da Despesa	31
Artigo 14.º - Processamento de Remunerações e Outros Abonos a Pessoal	32
Secção II - Autorização da Despesa e Pagamentos	32
Artigo 15.º - Competências	32
Artigo 16.º - Apoios a Entidades Terceiras.....	33
Artigo 17.º - Apoios às Competências Materiais dos Órgãos das Freguesias.....	33
Artigo 18.º - Assunção de Compromissos Plurianuais	34
Artigo 19.º - Autorizações Assumidas	34
Secção III - Procedimentos e Regras Especiais para a Realização da Despesa.....	35

Artigo 20.º - Equipamentos e Soluções Informáticas.....	35
Artigo 21.º - Seguros.....	35
Artigo 22.º - Despesas de Deslocação.....	36
Artigo 23.º - Reposições ao Município.....	36
Artigo 24.º - Despesas de Representação.....	37
Secção IV - Celebração e Formalização de Contratos e Protocolos.....	37
Artigo 25.º - Responsabilidade pela Elaboração e Celebração de Contratos.....	37
Artigo 26.º - Contratos de Cooperação e Contratos Interadministrativos.....	37
Artigo 27.º - Contratos de Tarefa e Avença.....	37
Capítulo IV - Disposições Finais	38
Artigo 28.º - Dúvidas Sobre a Execução do Orçamento.....	38
Parte III – Termo de Encerramento	39
Parte IV – Lista de Anexos	41

PARTE I – RELATÓRIO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL

CAPÍTULO I - CENÁRIO MACROECONÓMICO

I.1. ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Segundo o relatório trimestral (perspetivas da economia mundial - WEO¹) apresentado em outubro de 2017 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), aponta para um reforço do crescimento da economia mundial em 2017 para 3,6%, 3,7% em 2018, atingindo 3,8% em 2021, em linha com o fortalecimento do comércio mundial de bens e serviço. A atividade económica deverá aumentar em todos os continentes, com a exceção do Médio Oriente.

Face às projeções da edição de abril de 2017 (perspetivas da economia mundial – relatório WEO²) e, de entre as economias avançadas, o crescimento do PIB na zona do euro para 2017 e 2018 foi revisto em alta, estando associado sobretudo a um melhor desempenho face ao esperado da economia durante o primeiro semestre do corrente ano. Por sua vez, o crescimento dos Estados Unidos da América (EUA) foi revisto em baixa em ambos os anos, devido ao menor estímulo orçamental projetado, bem como no Reino Unido (-0,3 pontos percentuais para 2017), em resultado da incerteza em torno das negociações da sua saída da União Europeia (Brexit). Prevê-se um forte crescimento das economias emergentes, salientando-se o crescimento da China para 2017 e 2018, em resultado do elevado investimento público em infraestruturas, a recuperação do preço das matérias primas na Rússia e para o Brasil (apenas em 2017), reflete-se os efeitos de uma política monetária expansionista na retoma da procura interna.

A aceleração do crescimento da economia mundial prevista para 2018 reflete uma melhoria das economias emergentes, sendo que o ritmo de crescimento das economias avançadas deverá desacelerar ligeiramente. Perspetiva-se que as economias emergentes e em desenvolvimento continuem a ser o motor do crescimento da economia mundial, destacando-se o conjunto dos países asiáticos em desenvolvimento, nomeadamente importadores de matérias primas, cujo crescimento previsto é de 6,5% (igual a 2017). Desta forma, prevê-se que a Índia tenha um crescimento mais robusto enquanto a China continue a abrandar,

¹ October 2017, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

² April 2017, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

prossequindo um esforço de ajustamento e de correção dos desequilíbrios internos e externos da sua economia. Já relativamente aos países exportadores de matérias primas, como a Rússia e o Brasil, a retoma económica será mais moderada pelo facto dos preços das matérias primas, embora em recuperação, continuarem a apresentar níveis relativamente baixos; e, também, no caso do Brasil, devido à persistência da instabilidade política.

As atuais projeções para Zona Euro, recentemente apresentadas pelo Banco Central Europeu (BCE) no relatório³ de setembro de 2017, apontam para a continuidade da expansão económica bem acima da projeção inicial. Apesar do PIB ter crescido 2,2% em 2017, espera-se que o crescimento anual do PIB real seja de cerca de 1,8% em 2018 e 2019. A orientação da política monetária, a melhoria das condições do mercado de trabalho e os progressos na desalavancagem alcançados em todos os setores deverão apoiar o crescimento da procura interna. Não obstante, a recente apreciação face ao euro e a recuperação da economia global, será favorável para as exportações da zona do euro. Espera-se que a inflação global diminua no curto prazo, impulsionada principalmente pela componente energética, aumentando novamente 1,5% em 2019. Embora atenuada pela recente valorização da taxa de câmbio do Euro, a inflação deverá aumentar gradualmente ao longo do tempo, em linha com a continuação da retoma económica, permanecendo a um nível baixo.

Quadro I. Conjuntura internacional

(taxas de variação homólogas)

	Setembro de 2017			Junho de 2017		
	2017	2018	2019	2017	2018	2019
PIB Real Mundial (excluindo a Zona Euro)	3,7	3,8	3,8	3,5	3,8	3,8
Comércio Global (excluindo a Zona Euro) ¹	5,3	3,8	3,8	4,4	3,8	3,9
Procura externa na Zona Euro ²	4,7	3,4	3,5	3,7	3,4	3,5

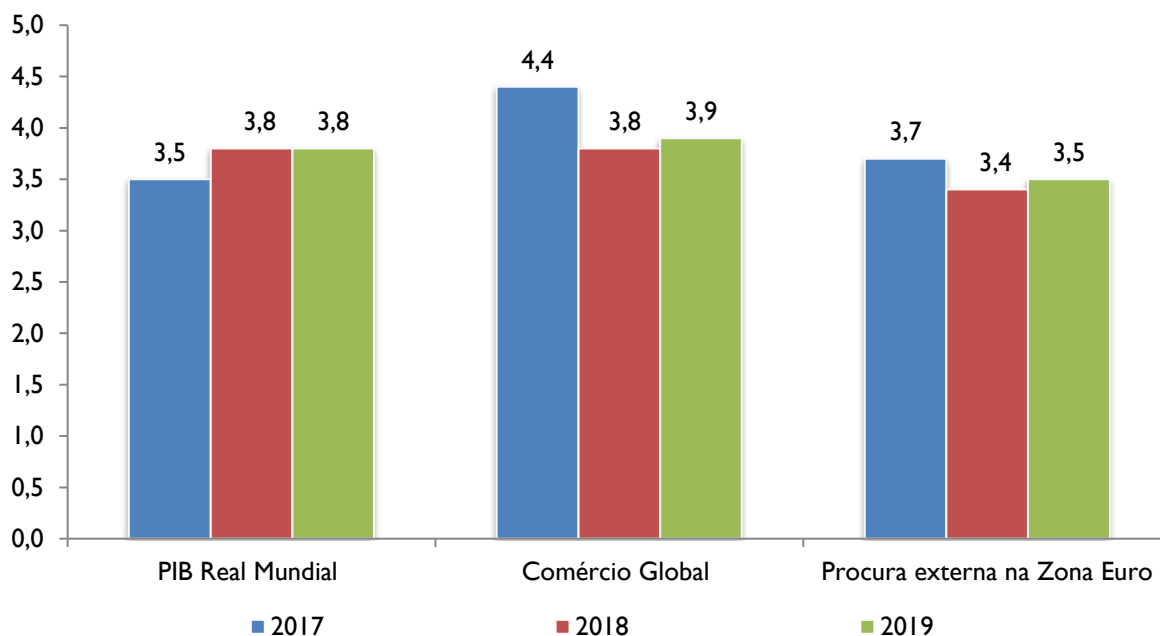
1. Calculado de acordo com a média ponderada das importações.

2. Calculado de acordo com a média ponderada das importações dos parceiros comerciais da Zona Euro.

Fonte: Adaptado do BCE, September 2017, ECB Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area.

³ September 2017, European Central Bank (ECB) Staff Macroeconomic Projections for the Euro Area.

Gráfico I. Projeção da conjuntura internacional (gráfica)
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Banco Central Europeu (BCE)

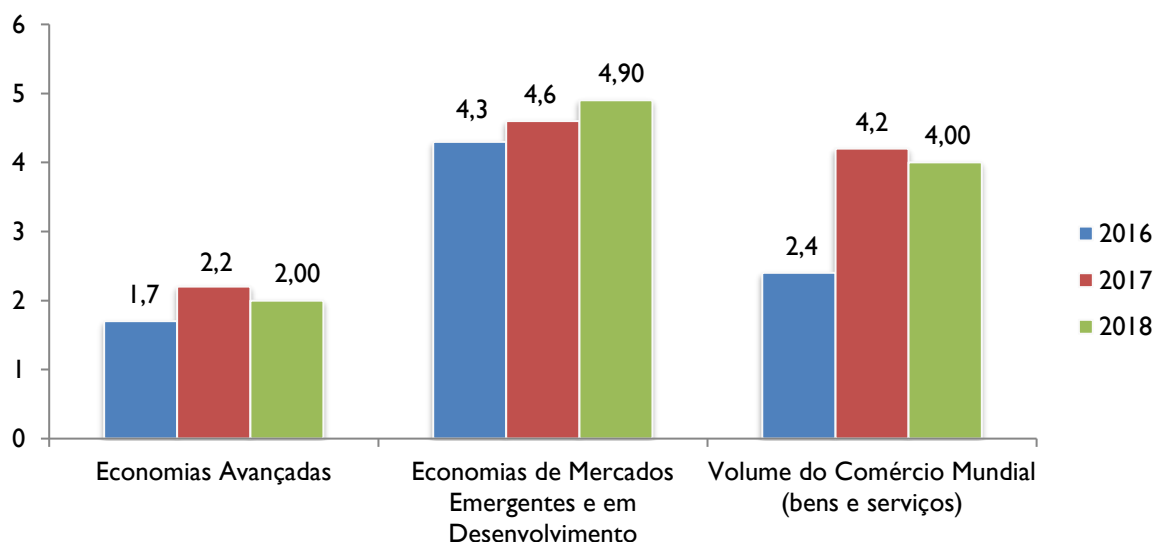
Quadro 2. Projeções do crescimento económico mundial
(variação percentual, salvo indicação em contrário)

	2016	Projeções outubro 2017	
		2017	2018
Economia Mundial	3,2	3,6	3,7
Economias Avançadas das quais:	1,7	2,2	2,0
EUA	1,5	2,2	2,3
Área do Euro, da qual:	1,8	2,1	1,9
Alemanha	1,9	2,0	1,8
França	1,2	1,6	1,8
Itália	0,9	1,5	1,1
Espanha	3,2	3,1	2,5
Reino Unido	1,8	1,7	1,5
Japão	1,0	1,5	0,7
Canadá	1,5	3,0	2,1
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento das quais:	4,3	4,6	4,9
Comunidade de Estados Independentes	0,4	2,1	2,1
Rússia	-0,2	1,8	1,6
Excluindo Rússia	1,9	2,9	3,3
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Ásia	6,4	6,5	6,5
China	6,7	6,8	6,5
Índia	7,1	6,7	7,4
Associação das Nações do Sudeste Asiático	4,9	5,2	5,2
Economias emergentes e em Desenvolvimento da Europa	3,1	4,5	3,5
América Latina e Caraíbas	-0,9	1,2	1,9

Brasil	-3,6	0,7	1,5
México	2,3	2,1	1,9
Médio Oriente, Norte de África, Afeganistão e Paquistão	5,0	2,6	3,5
Arábia Saudita	1,7	0,1	1,1
África Subsaariana	1,4	2,6	3,4
Nigéria	-1,6	0,8	1,9
África do Sul	0,3	0,7	1,1
Por memória			
Países em Desenvolvimento e de Baixo Rendimento	3,6	4,6	5,2
Crescimento Mundial com Base no Mercado de Taxas de Câmbio	2,5	3,0	3,1
Volume do Comércio Mundial (bens e serviços)	2,4	4,2	4,0
Importações			
Economias Avançadas	2,7	4,0	3,8
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	2,0	4,4	4,9
Preços das Mercadorias (dólares americanos)			
Petróleo	-15,7	17,4	-0,2
Não combustíveis (Média do Peso das Exportações de Mercadorias do Mundo)	-1,8	7,1	0,5
Preços no Consumidor			
Economias Avançadas	0,8	1,7	1,7
Economias de Mercados Emergentes e em Desenvolvimento	4,3	4,2	4,4
Taxa Interbancária de Oferta de Londres (percentagem)			
Sobre os Depósitos em Dólares dos EUA (seis meses)	1,1	1,4	1,9
Sobre os Depósitos em Euros (três meses)	-0,3	-0,3	-0,3
Sobre os Depósitos em Ienes Japoneses (seis meses)	0,0	0,1	0,2

Fonte: Adaptado do FMI, October 2017, International Monetary Fund (IMF), World Economic Outlook (WEO).

Gráfico 2. Projeção da economia mundial (gráfica)
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

I.2. ENQUADRAMENTO NACIONAL

Segundo o boletim económico⁴ apresentado em junho de 2017 pelo Banco de Portugal (BP), aponta para a continuação da recuperação da atividade económica ao longo do período 2017-2019, a um ritmo superior ao observado nos últimos anos. O crescimento médio anual do PIB deverá ser de 2,5% em 2017, acelerando para 2,0% em 2018 e diminuindo para 1,8% em 2019, o que implica um nível do PIB no final do horizonte de projeção acima do observado antes da crise financeira internacional em 2008. Esta projeção integra o exercício de projeções do Eurosistema recentemente publicado pelo Banco Central Europeu (BCE) e aponta para o crescimento no período 2017-2019 acima do projetado para a Zona Euro. O crescimento do PIB é consequência do dinamismo assinalável das exportações e do investimento. O enquadramento internacional da economia portuguesa manter-se-á favorável, com a aceleração da procura externa em 2017 à economia portuguesa, mantendo-se um crescimento robusto no período 2018-2019, embora abaixo do observado antes da crise financeira internacional. As condições monetárias e financeiras deverão manter-se globalmente estáveis ao longo do horizonte de projeção, enquanto os preços das matérias-primas, em particular do petróleo, deverão registar um aumento acentuado em 2017 e apresentar uma relativa estabilização, em termos médios, no período 2018-2019.

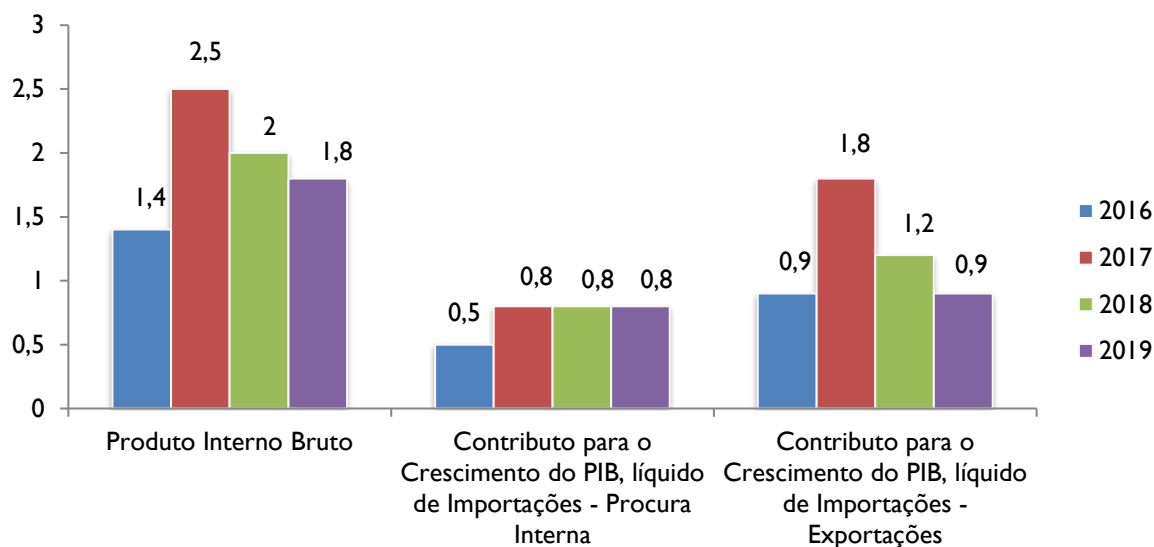
Quadro 3. Projeções do crescimento económico nacional: 2017-2019
(taxa de variação anual, em %)

	2016	Projeções junho 2017		
		2017	2018	2019
Produto Interno Bruto	1,4	2,5	2,0	1,8
Consumo Privado	2,3	2,3	1,7	1,7
Consumo Público	0,5	0,4	0,6	0,3
Formação Bruta de Capital Fixo	-0,1	8,8	5,3	5,5
Procura Interna	1,5	2,6	2,2	2,1
Exportações	4,4	9,6	6,8	4,8
Importações	4,4	9,5	6,9	5,2
Contributo para o Crescimento do PIB, líquido de importações (em %)				
Procura Interna	0,5	0,8	0,8	0,8
Exportações	0,9	1,8	1,2	0,9
Emprego	1,6	2,4	1,3	1,3
Taxa de Desemprego	11,1	9,4	8,2	7,0
Balança Corrente e de Capital (% PIB)	1,7	2,1	2,4	2,4
Balança de Bens e Serviços (% PIB)	2,2	2,0	2,2	2,0
Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC)	0,6	1,6	1,4	1,5

Fonte: Adaptado do Banco de Portugal.

⁴ Boletim Económico do Banco de Portugal, junho de 2017

Gráfico 3. Projeção do crescimento económico nacional (gráfica)
(taxas de variação homólogas)



Fonte: Banco de Portugal.

Para 2017, projeta-se uma forte aceleração das exportações e a manutenção de um crescimento vigoroso em 2018 e 2019, espelhando a aceleração da procura externa, assim como ganhos significativos de quota de mercado. Para 2019, o valor das exportações de bens e serviços deverá situar-se cerca de 65% acima do nível registado em 2008.

A recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) deverá permitir a aceleração da atividade económica em 2017, refletindo a dinâmica da FBCF empresarial, assim como a recuperação do investimento público e do investimento residencial. Para 2018 e 2019, irá continuar o crescimento robusto da FBCF, em particular da componente empresarial, num quadro de manutenção de condições monetárias e financeiras estáveis e de perspetivas favoráveis quanto à evolução da procura global. Por outro lado, o consumo privado deverá apresentar um crescimento ligeiramente inferior ao do PIB, ao longo de todo o horizonte de projeção, refletindo o crescimento moderado dos salários reais e a necessidade de continuação do processo de redução do nível de endividamento das famílias.

O desenvolvimento da atividade deverá acompanhar a melhoria das condições no mercado de trabalho, contribuindo para o crescimento do emprego e a manutenção da trajetória decrescente da taxa de desemprego. Por outro lado, a taxa de inflação deverá situar-se em 1,6% em 2017, estabilizando em torno de 1,5% em 2018 e 2019, espelhando as hipóteses da

evolução do preço do petróleo e uma aceleração progressiva dos preços da componente não energética ao longo ao longo da projeção. As projeções para a inflação encontram-se aproximadamente em linha com as relativas ao conjunto da área do euro.

CAPÍTULO II – ANÁLISE DOS RISCOS ORÇAMENTAIS E SITUAÇÃO DAS FINANÇAS LOCAIS

2.1. RISCOS ORÇAMENTAIS RELACIONADOS COM ADMINISTRAÇÃO LOCAL

Segundo o Relatório da Proposta de Lei do Orçamento de Estado para 2018 (RPLOE para 2018)⁵), em 2017, o Governo promoveu o ampliamiento do quadro de ação dos municípios, no que concerne ao acesso aos fundos comunitários, sendo alvo de grande prioridade.

No que respeita à execução orçamental dos Municípios, verificou-se em 2017, o seguinte:

1. Redução do prazo médio de pagamentos dos municípios para 40 dias no apuramento relativo a dezembro de 2016;
2. O stock de pagamentos em atraso no final de 2016, ascendia a 150,4 milhões de euros e em julho de 2017, apresentavam um valor de 107,1 milhões de euros, ou seja, uma redução de 43,3 milhões de euros face a 2016;
3. Aumento da receita efetiva de 2016,6 milhões de euros, no primeiro semestre de 2017, face ao mesmo período de 2016, e o aumento da despesa efetiva em 336 milhões de euros.

Quanto ao endividamento, constatou-se uma redução da dívida total dos municípios, calculada nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei que aprova o Regime Financeiro da Autarquias Locais, doravante RFAL), em cerca de 486,4 milhões de euros entre 1 de janeiro e 30 de setembro de 2017.

No que se refere aos riscos orçamentais, em 2017, verificam-se os seguintes:

1. A demora da concessão de apoio pelo Fundo de Apoio Municipal (FAM), cuja regulamentação se encontra em processo de revisão de forma a potenciar a resolução de situações pendentes;

⁵ Outubro de 2017, Relatório da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2018

2. A reclassificação das Parcerias Públicas e Privadas (PPP) municipais e empresas municipais no subsector em contabilidade nacional;
3. Apesar de 2017 ter sido um ano de eleições autárquicas, prevê-se para 2018 a diminuição da despesa. Os municípios cumprirão os limites da dívida total, nos termos do artigo 52.º do RFAL, bem como limitar o aumento do endividamento municipal e reduzir os prazos médios de pagamento.

2.2. SITUAÇÃO FINANCEIRA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL

O RPLOE para 2018 refere que, a Administração Local (AL), em 2017, apresentou um excedente orçamental de 644 milhões de euros, que compara com um saldo de 660 milhões de euros, em 2016. A redução do saldo orçamental, deve-se, ao efeito conjugado do crescimento da receita (7,2%) e da despesa (8,1%). Destaca-se o aumento da receita fiscal, nomeadamente do IMT em 24,8% e das transferências decorrentes do RFAL em 3%.

Quadro 4. Receitas e despesas da AL

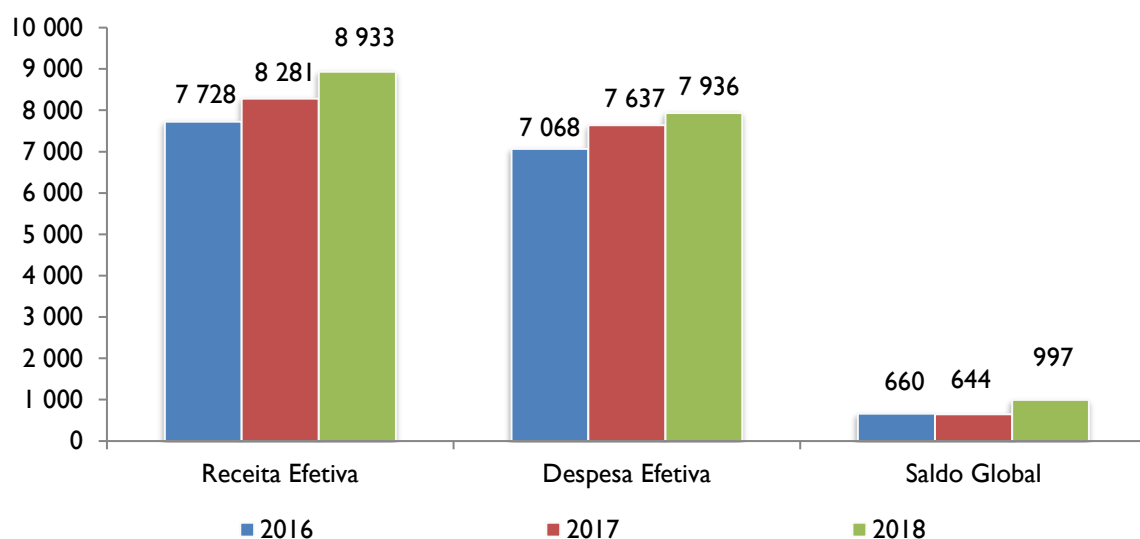
	Milhões de Euros			Variação (M€)	
	2016	2017	2018	2017	2018
Receita Efetiva	7.728	8.281	8.933	553	652
Receita fiscal	2.871	3.023	3.322	152	300
da qual:					
IMI	1.513	1.541	1.618	28	77
IMT	655	818	941	163	123
Transferências	3.271	3.483	3.860	212	378
das quais:					
Regime Financeiro das Autarquias Locais	2.499	2.574	2.612	74	38
União Europeia	213	330	629	117	299
Outra receita	1.587	1.776	1.751	189	-25
Despesa Efetiva	7.068	7.637	7.936	569	298
Despesas com Pessoal	2.016	2.529	2.547	513	18
Aquisição de bens e serviços	2.426	2.570	2.609	144	39
Investimento	1.228	1.706	1.841	478	135
Outras	1.398	832	939	-566	107
Saldo Global	660	644	997	-16	353

Nota: Os valores da AL incluem municípios e freguesias.

Fonte: Adaptado do Relatório da Proposta do Orçamento de Estado para 2018.

Prevê-se, para 2018, um saldo na AL de 997,4 milhões de euros superior em 353,5 milhões de euros ao esperado para 2017. Esta trajetória crescente, resulta de um aumento da receita (7,9%), superior ao crescimento da despesa (3,9%). No que diz respeito às receitas fiscais, prevê-se um crescimento de 9,9%, com destaque do IMT (15%). Em relação à despesa, o aumento previsto assenta no crescimento da aquisição de bens e serviços (1,5%) e do investimento (7,9%).

Gráfico 4. Projeção das Receitas e Despesas da AL (gráfica)
(em milhões de euros)



Fonte: Adaptado do Relatório da Proposta do Orçamento de Estado para 2018.

Para que os *stakeholders* (grupos de interesse) possam analisar o gráfico e quadro anteriores com sucesso, importa tecer algumas considerações.

Em relação à receita efetiva e despesa efetiva, estas resultam do somatório das receitas correntes e de capital e ao somatório das despesas correntes e de capital, respetivamente. Quanto ao saldo global, este corresponde à diferença entre a receita efetiva e despesa efetiva.

As transferências do Orçamento do Estado para a AL, ao abrigo do RFALEI, registam uma variação positiva da receita em 39 milhões de euros.

Quadro 5. Transferências do Orçamento de Estado para a AL

(em milhões de euros)

	2016	2017	2018	Variação Absoluta	
				2017	2018
Regime Financeiro das Autarquias Locais	2.499	2.574	2.612	74	38
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.748	1.840	1.844	92	5
Fundo Social Municipal (FSM)	163	163	163	0	0
Participação no IRS ⁽¹⁾	399	376	406	-23	31
Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) ⁽²⁾	189	195	198	6	3
Outras	16	24	24	7	1
Total	2.516	2.597	2.636	82	39

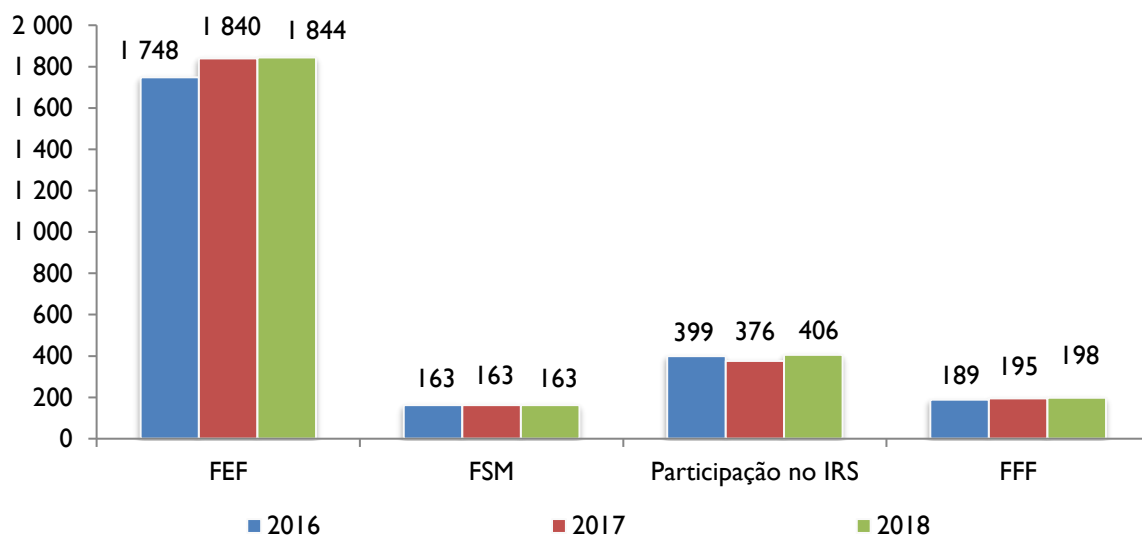
(¹) Só inclui os municípios do Continente.

(²) Inclui a transferência para as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas.

Fonte: Adaptado do Relatório da Proposta do Orçamento de Estado para 2018.

Gráfico 5. Projeção das Transferências do Orçamento de Estado AL (gráfica)

(em milhões de euros)



Fonte: Adaptado do Relatório da Proposta do Orçamento de Estado para 2018.

CAPÍTULO III – OBJETIVOS E POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO

3.1. VISÃO

O Município de Armamar pretende ser reconhecido como um concelho “verde”, integrado no Douro património mundial e que preserva as características dos vinhedos e pomares (sendo Armamar a capital da maçã de montanha) e que potencia as margens do Douro para o desenvolvimento turístico e ser alternativa de residência às áreas metropolitanas envolventes e zona de montanha para o aproveitamento das energias renováveis (eólica e hídrica).

3.2. MISSÃO

O Município de Armamar tem como missão tornar o concelho emocionalmente atrativo e dotá-lo de condições que propiciem melhor qualidade de vida aos seus munícipes e cidadãos.

3.3. POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

O Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (doravante designada RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e ulteriores alterações, no seu Capítulo IV (artigos 40.º a 47.º) impõe, condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece/altera/reforça os princípios orçamentais previstas no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais POCAL e na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 41/2014, de 10 de julho⁶).

Assim, e tendo presente as regras imperativas pelos referidos diplomas, coube-nos elaborar os documentos previsionais para o exercício de 2018 com rigor, transparência e seriedade.

O RFALEI deve ser conjugado com o Regime Jurídico das Autarquias Locais (doravante designado RJAL), aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações,

⁶ Foi publicada a nova Lei de Enquadramento Orçamental, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro. Importa referir, que grande parte do seu normativo apenas produz efeitos a 12 de setembro de 2018.)

de forma a materializar as atribuições do Município nos domínios que este regime jurídico lhe confere.

Na elaboração do presente Orçamento, tiveram presentes os princípios previsionais, consagrados no ponto 3.3 das Considerações Técnicas do POCAL, assim como o princípio da estabilidade orçamental determinado no artigo 40.º da RFALEI.

Apesar deste orçamento ser elaborado nos termos do POCAL, no dia 01 de janeiro de 2018, dar-se-á início à entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (doravante designado SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, e ulteriores alterações, pelo que a partir daquela data, haverá um ajustamento em sede de execução, para os modelos de relato previstos no SNC-AP, ou seja, trata-se apenas de uma conversão técnica.

De referir, que com o SNC-AP, estamos perante um paradigma diferente do atual, mais exigente, transparente e analítico, permitindo o controlo financeiro, de legalidade, de economia, de eficiência e de eficácia dos gastos públicos.

Note-se, que este normativo contabilístico obriga a preparar um orçamento numa base móvel de cinco anos, assim como a preparação de um balanço, de uma demonstração dos resultados por natureza e de uma demonstração dos fluxos de caixa.

Apesar do SNC-AP revogar o POCP e todos os planos de contabilidade setoriais, onde se encontra incluído o POCAL, mantém-se em vigor (não revogou) os pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, das Considerações Técnicas do POCAL, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento.

Note-se, que o SNC-AP é obrigatório e aplica-se a todas as Administrações Públicas (Organismos da Administração Central, Local e Regional que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas).

Ora, com fundamento numa gestão equilibrada e face à necessidade de nivelar o orçamento em função da receita a arrecadar, que essa gestão se materializa. Aliás, a maior fonte de receita dos orçamentos municipais, ao qual este não foge à regra, emerge das transferências do Orçamento do Estado numa base de perequação financeira, nomeadamente em termos de

equilíbrio entre Estado e Municípios, seja numa perspetiva vertical, seja numa perspetiva horizontal.

Na atual data, ainda não foi publicada a regulamentação prevista no artigo 47.º do RFALEI.

O valor global do orçamento é de 9.930.702,00 EUR (nove milhões novecentos e trinta mil setecentos e dois euros). Este teve presente, o rigor e a preocupação de ser ajustado à receita arrecadada, em estrito cumprimento com o referido no artigo 83.º da LOE de 2017.

Para finalizar, foi ainda publicado no DRE, a nova Lei de Enquadramento Orçamental (doravante LEO), aprovado pelo Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro, que veio revogar a anterior LEO, aprovada pela Lei n.º 91/2001, de 20 de agosto, e ulteriores alterações. De referir, que os artigos 3.º e 20.º a 76.º da nova LEO, entram em vigor no dia 12 de setembro de 2018. Até à produção de efeitos daqueles artigos, mantêm-se em vigor as normas da anterior LEO, relativas ao processo orçamental, ao conteúdo e estrutura do Orçamento do Estado, à execução orçamental, às alterações orçamentais, ao controlo orçamental e responsabilidade financeira, ao desvio significativo e mecanismo de correção, às contas, à estabilidade orçamental, às garantias da estabilidade orçamental, bem como às disposições finais.

As Grandes Opções do Plano (GOP'S) para 2018, integram as medidas de política e de investimentos que contribuem para as concretizar.

Posto isto, no subcapítulo seguinte, serão explanadas aquelas que serão as grandes linhas orientadoras (Grandes Opções do Plano) do Executivo para o próximo ano e seguintes.

3.3.1. OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

1. Investimento na execução de obras fundamentais para o concelho impulsionadoras de novas dinâmicas;
2. Rentabilização dos recursos, naturais, físicos e humanos;
3. Diálogo interinstitucional a nível local, regional e nacional permitindo elaborar propostas estratégicas em articulação com serviços setoriais e agentes económicos e sociais;

4. Participação cívica e reforço da cidadania numa cultura de participação ativa e interventiva, essenciais no desenvolvimento social e humano.

3.3.2 ÁREAS DE INTERVENÇÃO

EDUCAÇÃO, DESPORTO E JUVENTUDE

1. Construção do pavilhão gimnodesportivo de Armamar.

CULTURA, TURISMO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO

1. Construção do auditório municipal de Armamar
2. Requalificação do edifício da adega cooperativa de Armamar – loja de venda de produtos regionais e museu da mulher duriense;
3. Requalificação do Miradouro da Misarela;
4. Requalificação do Jardim da Nossa Senhora da Conceição – Armamar;
5. Requalificação do largo do Tribunal.

AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E AMBIENTE

1. Pavimentação e requalificação de infraestruturas de água, saneamento básico e pavimentação da Rua Miguel Bombarda – Dr. ° José Maria Calejo;
2. Ligação pedonal e em ciclovía Armamar/Travanca/Zona Industrial;
3. Recolha e tratamento de águas residuais – Queimada, Queimadela, Vacalar, Marmelal e Vila seca;
4. Eficiência energética – colocação de iluminação pública em todo o concelho com tecnologia led;
5. Ampliação do perímetro de Rega da Barragem de Temilobos;
6. Reivindicar a abertura do concurso para construção da variante de Fontelo prevista no plano de infraestruturas de proximidade para o ano de 2017;
7. Requalificação e pavimentação de várias estradas do concelho.

CAPÍTULO IV – ELEMENTOS COMPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS

4.1. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Nos termos no disposto na alínea a), n.º I do artigo 46.º do RFALEI, o orçamento municipal deve incluir a identificação e descrição das responsabilidades contingentes. Estas são entendidas, como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Município, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial de serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Assim, dada a referida obrigatoriedade, indica-se a relação das responsabilidades contingentes do Município de Armamar.

Quadro 6. Responsabilidades contingentes

(Unidade: Euro)

N.º Processo	Tipo de Ação	Montante
512/16.4BEVIS	Ação Administrativa	13.846,65
2523/2017.ERSAR	Contraordenação	1.250,00
117/16.0BEVIS	Ação Administrativa	12.102,38
210/16.9T8LMG	Ação Comum	13.970,00
Total		41.169,03

Fonte: Elaboração própria.

4.2. RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS RESULTANTES DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS

Para efeitos do disposto no n.º 3, artigo 42.º do RFALEI, o total das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais ascende a:

Quadro 7. Compromissos Plurianuais

(Unidade: Euro)

Ano	Total de Compromissos Plurianuais
2018	1.254.557,11
2019	1.036.731,91
2020	883.912,82
2021 e seguintes (acumulado)	1.844.216,22
Total Global	5.019.418,06

Fonte: Elaboração própria.

4.3. MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

Nos termos do disposto na alínea c), n.º 2, artigo 46.º do RFALEI, apresentam-se as entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

Quadro 8. Lista de entidades participadas

(Unidade: Euro)

N.º	Designação	NIPC	Capital Social (€)	Valor da Participação (€)	Percentagem Detida
1	Armamar Viva, S.A.	508797306	50.000,00	24.500,00	49%
2	Águas do Norte, S.A.	513606084	111.061.732,00	118.386,00	0,11%
3	RESINORTE - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	509143059	8.000.000,00	28.428,00	0,355%

Fonte: Elaboração própria.

4.4. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL 2018-2022

Os n.ºs 2 e 3 do artigo 41.º do RFALEI determinam que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) e este consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Não obstante, determina o artigo 47.º do RFALEI que: *“os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo”, onde se inclui o e o Quadro de Médio Prazo das Finanças da Autarquia Local “são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”,* ou seja até 3 de janeiro de 2014.

Assim, considerando que a aludida regulamentação não foi ainda publicada e, dado que se desconhecem os elementos que devem constar do QPPO, foi entendimento do Município, preparar aquele quadro para o exercício de 2018, visto ser um elemento imperativo do RFALEI.

Ora, o QPPO que a seguir se apresenta (quadro 9), contém os limites da despesa efetiva para o período de 2018 a 2021. Os limites de despesa referentes ao período de 2020 a 2021 são indicativos (n.º 3 do artigo 44.º do RFALEI).

Sem prejuízo da manutenção dos valores anuais de despesa, podem os limites de despesa por agrupamento constantes do quadro 9 ser objeto de modificação, em virtude de alterações orçamentais decorrentes da utilização da dotação previsional.

Quadro 9. Quadro Plurianual de Programação Orçamental 2018-2022
(discriminado por rubrica orçamental)

(Unidade: Euro)

Descrição	2018	2019	2020	2021	2022
Receitas por Rubrica					
Receita Corrente	7 727 613,00	7 178 938,00	7 237 864,00	7 217 577,50	7 255 166,00
R1 - Receita Fiscal	725 530,00	642 325,00	694 210,00	684 842,50	650 620,00
R2 - Contribuições para Sistemas de Proteção Social e Subsistemas de Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R3 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	194 800,00	195 300,00	200 525,00	187 650,00	187 850,00
R4 - Rendimentos da Propriedade	284 240,00	214 080,00	215 895,00	217 850,00	219 900,00
R5 - Transferências Correntes	5 315 724,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 147 383,00	5 216 928,00
R6 - Venda de Bens e Serviços	1 152 265,00	948 330,00	948 331,00	948 332,00	948 348,00
R7 - Outras Receitas Correntes	55 054,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00	31 520,00
Receita de Capital	1 440 535,00	5 737 941,00	3 726 903,00	867 366,50	835 233,00
R8 - Vendas de Bens de Investimento	100 570,00	301 500,00	301 500,00	301 500,00	295 475,00
R9 - Transferências de Capital	1 338 269,00	5 414 841,00	3 403 803,00	544 266,50	518 158,00
R10 - Outras Receitas de Capital	50,00	50,00	50,00	50,00	50,00
R11 - Reposições não Abatidas aos Pagamentos	14 200,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00	21 550,00
Receita Efetiva	9 180 702,00	12 916 879,00	10 964 767,00	8 084 944,00	8 090 399,00
Receita não Efetiva	750 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00
R12 - Receita com Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
R13 - Receita com Passivos Financeiros	750 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00	350 000,00
Receita Total	9 930 702,00	13 266 879,00	11 314 767,00	8 434 944,00	8 440 399,00
Despesas por Rubrica					
Despesa Corrente	6 877 644,00	6 785 634,00	6 836 043,00	6 842 678,00	6 834 463,00
D1 - Despesas com o Pessoal	3 324 722,00	3 187 785,00	3 253 860,00	3 273 880,00	3 278 860,00
D2 - Aquisição de Bens e Serviços	3 117 677,00	3 043 945,00	3 044 495,00	3 044 945,00	3 043 945,00
D3 - Juros e Outros Encargos	117 075,00	124 039,00	107 823,00	93 988,00	81 793,00
D4 - Transferências Correntes	186 570,00	301 975,00	301 975,00	301 975,00	301 975,00
D5 - Subsídios	88 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00	76 500,00
D6 - Outras Despesas Correntes	43 100,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00	51 390,00
Despesa de Capital	1 923 330,00	5 351 518,00	3 348 997,00	462 539,00	476 209,00
D7 - Investimento	1 731 270,00	5 198 488,00	3 193 477,00	394 004,00	426 209,00
D8 - Transferências de Capital	192 060,00	153 030,00	155 520,00	68 535,00	50 000,00
D9 - Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Efetiva	8 800 974,00	12 137 152,00	10 185 040,00	7 305 217,00	7 310 672,00
Despesa não Efetiva	1 129 728,00	1 129 727,00	1 129 727,00	1 129 727,00	1 129 727,00
D10 - Despesas com Ativos Financeiros	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00	52 482,00
D11 - Despesas com Passivos Financeiros	1 077 246,00	1 077 245,00	1 077 245,00	1 077 245,00	1 077 245,00
Despesa Total	9 930 702,00	13 266 879,00	11 314 767,00	8 434 944,00	8 440 399,00
Saldo Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Global	379 728,00	779 727,00	779 727,00	779 727,00	779 727,00
Despesa Primária	8 065 547,00	12 013 113,00	10 077 217,00	7 211 229,00	7 228 879,00
Saldo Corrente	849 969,00	393 304,00	401 821,00	374 899,50	420 703,00
Saldo de Capital	-482 795,00	386 423,00	377 906,00	404 827,50	359 024,00
Saldo Primário	496 803,00	903 766,00	887 550,00	873 715,00	861 520,00

PARTE II – REGULAMENTO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARMAMAR

CAPÍTULO I – NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

I.1. ARTICULADO DAS MEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

NOTA INTRODUTÓRIA

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pelas autarquias locais, no âmbito das suas atribuições, determinam a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Torna-se assim necessário, estabelecer um conjunto de regras definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável.

Assim, nos termos do disposto na alínea d), n.º I, artigo 46.º do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e ulteriores alterações é elaborado o presente articulado, contendo as medidas para a execução orçamental, dos documentos previsionais para o exercício de 2018.

CAPÍTULO I ÂMBITO E PRINCÍPIOS GENÉRICOS

Artigo 1.º

Definição e objeto

O presente articulado estabelece regras e procedimentos complementares necessários à execução do orçamento em conformidade com a alínea d), n.º I, artigo 46.º do RFALEI e em reforço das disposições constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), do referido RFALEI, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e ulteriores alterações (doravante designada Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso - LCPA) do Decreto-

Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, Código dos Contratos Públicos e Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2018, atentos aos objetivos de rigor e contenção orçamental.

Artigo 2.º

Execução orçamental

- I. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.
2. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros, afetos às respetivas áreas de atividade, e tomarão as medidas necessárias à sua otimização e rigorosa utilização, face às medidas de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efetivo registo dos compromissos a assumir em obediência à LCPA. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:
 - a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
 - b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
 - c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados em anos anteriores.

Artigo 3.º

Modificações ao orçamento e às grandes opções do plano

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando através do mecanismo das modificações orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades coletivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no ponto 8.3.I. do POCAL, no ponto 4.26.12.2 da Norma

de Contabilidade Pública 26 do SNC-AP e das competências dos órgãos municipais estabelecidas no Anexo I da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro e ulteriores alterações (doravante designada RJAL).

Artigo 4.º

Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita, a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.
2. As faturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores diretamente para a unidade responsável pela gestão do expediente.
3. As faturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais terão de ser reencaminhadas para unidade responsável pela gestão do expediente, no prazo máximo de 2 dias úteis.
4. Os documentos relativos a despesas urgentes e inadiáveis, devidamente fundamentadas, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 24 horas, de modo a permitir efetuar o compromisso até às 48 horas posteriores à realização da despesa.
5. Os documentos relativos a despesas em que estejam em causa situações de exceção de interesse público ou a preservação da vida humana, devem ser enviados à unidade responsável pela gestão financeira no prazo de 2 dias úteis, de modo a permitir efetuar o compromisso no prazo de 10 dias após a realização da despesa.
6. Os documentos relativos a despesas referentes às situações descritas nos n.ºs 4 e 5 devem ser acompanhados de nota justificativa suficientemente detalhada para caracterizar e fundamentar a natureza excepcional da mesma.
7. Os documentos, registos, circuitos e respetivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 5.º

Gestão dos bens móveis e imóveis do Município

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos do Regulamento de Cadastro e Inventário.
2. As aquisições de imobilizado efetuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º

Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
2. A regra será a de aquisição de bens por fornecimento contínuo, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.
3. Todos os bens saídos de armazém, afetos a obras por administração direta ou outras atividades municipais, deverão ser objeto de registo no sistema de gestão de stocks, devendo expressamente identificar-se o fim a que se destinam.
4. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da Gestão de Stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

CAPÍTULO II
RECEITA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I
PRINCÍPIOS

Artigo 7.º

Princípios gerais para arrecadação de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objeto de inscrição orçamental adequada, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.
2. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efetuar.
3. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efetuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respetivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.
4. Em conformidade com o n.º I do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, poderá proceder-se à atualização do valor das taxas com base no indexante regulamentarmente previsto.
5. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da Município relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à unidade responsável pela gestão financeira.

SECÇÃO II
ENTREGA DAS RECEITAS COBRADAS

Artigo 8.º

Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.

2. Quando se trate dos serviços externos, a entrega far-se-á no dia útil imediato ao da cobrança, mediante guias de recebimento previamente assinadas pelo responsável do serviço que cobrar as receitas.
3. Quando se trate de cobranças feitas por entidade diversa do tesoureiro (posto de cobrança externo), a receita deverá ainda ser depositada diariamente pelos serviços na agência bancária mais próxima do local de cobrança, sendo o número de conta indicado pela Tesouraria.
4. Nos casos referidos no n.º 2 deverá a Tesouraria remeter à unidade responsável pela gestão financeira, os documentos referidos em 3, para contabilização.

SECÇÃO III **ISENÇÕES E REDUÇÕES**

Artigo 9.º

Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2018, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei RJAL, é fixado o valor de 5.000,00 EUR como limite à despesa fiscal.
2. Até ao limite fixado no n.º anterior pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou reduções dentro dos limites estabelecidas nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º RJAL.
3. As isenções ou reduções concedidas a favor de pessoas singulares ou coletivas dos sectores privado, cooperativo e social, bem como das entidades públicas fora do perímetro do sector das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é considerada um benefício concedido para efeitos do Lei n.º 64/2013 de 27 de agosto, sem prejuízo do artigo 3.º do mesmo diploma, e concorre para o cômputo dos demais benefícios concedidos em numerário e ou em espécie.

CAPÍTULO III
DESPESA ORÇAMENTAL

SECÇÃO I
PRINCÍPIOS E REGRAS

Artigo 10.º

Princípios gerais para a realização da despesa

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no POCAL, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da LCPA, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e ulteriores alterações.
2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
 - b) Registado previamente à realização da despesa no sistema informático de apoio à execução orçamental;
 - c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é refletido na nota de encomenda;
 - d) Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.
3. O registo do compromisso deve ocorrer o mais cedo possível, em regra, pelo menos três meses antes da data prevista de pagamento para os compromissos conhecidos nessa data, sendo que as despesas permanentes, como salários, comunicações, água, eletricidade, rendas, contratos de fornecimento anuais ou plurianuais, devem ser registados mensalmente para um período deslizando de três meses, de igual forma se deve proceder para os contratos de quantidades.
4. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas, se estiverem devidamente justificadas e tiverem cobertura orçamental, ou seja, no caso dos investimentos, se estiverem inscritas no Orçamento e no PPI, com dotação igual ou

- superior ao valor do cabimento e compromisso e no caso das restantes despesas, se o saldo orçamental na rubrica respetiva for igual ou superior ao valor do encargo a assumir.
5. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
 6. Tendo em vista o pagamento dos encargos assumidos por conta do orçamento do ano em prazo exequível, fica a unidade responsável pela gestão financeira autorizada a definir uma data limite para apresentação das requisições externas para aquisição de bens e serviços e para a receção das faturas.

Artigo 11.º

Tramitação dos processos de despesa

1. Em 2018 os serviços responsáveis devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.
2. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.
3. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.
4. Cumpre à unidade responsável pelo aprovisionamento realizar e coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os demais serviços.
5. Para efeitos do referido no número anterior cada unidade, ou equiparada, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens ou serviços a adquirir, as quais constarão do caderno de encargos a elaborar pela unidade responsável pelo aprovisionamento, sendo o caderno de encargos das empreitadas, elaborado pela unidade responsável pelas obras públicas.
6. O Júri dos procedimentos deve integrar pelo menos 1 elemento da unidade responsável pelo aprovisionamento.

7. Para efeitos de aplicação do n.º 5 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), todos os serviços municipais devem comunicar à Unidade responsável pelo aprovisionamento, no momento da ocorrência, a identificação de todas as entidades (designação e número de identificação fiscal) que tenham executado obras, fornecido bens móveis ou prestado serviços ao município, a título gratuito, no ano económico em curso ou nos dois anos económicos anteriores, exceto se o tiverem feito ao abrigo do Estatuto do Mecenato.

Artigo 12.º

Gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, compete a cada umas das unidades requisitantes a gestão dos contratos em vigor.
2. Para cumprimento do disposto no número anterior, cada unidade deve:
 - a) Nomear os gestores de contrato que serão responsáveis pela monitorização da execução dos contratos;
 - b) Responder no prazo máximo de 5 dias aos inquéritos de qualidade do serviço enviados pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
 - c) As questões relacionadas com a execução dos contratos, como as eventuais modificações, incumprimentos contratuais, apuramento de responsabilidades ou aplicação de penalidades, entre outras, devem ser remetidas à unidade responsável pelo aprovisionamento para que esta assegure a competente análise e tramitação adequada.

Artigo 13.º

Conferência e registo da despesa

1. A conferência e registo, inerentes à realização de despesas efetuadas pelos serviços municipais, deverão obedecer ao conjunto de normas e disposições legais aplicáveis e às regras de instrução de processos sujeitos a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.
2. A conferência e registo referidos no número anterior serão efetuados pela unidade responsável pela gestão financeira.

Artigo 14.º**Processamento de remunerações e outros abonos a pessoal**

1. Deverão acompanhar as folhas de remunerações, as guias de entrega de parte dos vencimentos ou abonos penhorados, as relações dos descontos para a Caixa Geral de Aposentações ou Segurança Social e os documentos relativos a pensões de alimentos, ou outros, descontados nas mesmas folhas.
2. As respetivas folhas de remuneração devem dar entrada na unidade responsável pela gestão financeira até 3 dias úteis antes da data prevista para o pagamento de cada mês.
3. Quando se promover a admissão ou mudança de situação de trabalhadores depois de elaborada a correspondente folha, os abonos serão regularizados no processamento do mês seguinte.
4. A Unidade responsável pelos recursos humanos deve enviar mensalmente à unidade responsável pela gestão financeira a distribuição das despesas com pessoal pelos respetivos serviços.

SECÇÃO II**AUTORIZAÇÃO DA DESPESA E PAGAMENTOS****Artigo 15.º****Competências**

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:
 - a) Até 149.639,47 EUR, o Presidente de Câmara;
 - b) Sem limite, a Câmara Municipal.
2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º do Anexo I do RJAL, autorizar a realização de despesas orçamentadas, independentemente do valor, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente da entidade que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º I do artigo 35.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 16.º

Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, que se traduzam na redução do preço de prestações de serviços e/ou na cedência de recursos humanos ou patrimoniais carecem de proposta fundamentada do Presidente da Câmara, Vereador ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º I do artigo 33.º do Anexo I do RJAL.

Artigo 17.º

Apoios às competências materiais dos órgãos das Freguesias

- I. Durante o exercício de 2018, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º I do artigo 25.º do Anexo I da RJAL, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respetivas competências materiais estabelecidas no artigo 16.º do mesmo diploma:
 - a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
 - b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.
2. A concessão do apoio referido no número anterior carece de pedido fundamentado da Freguesia e de informação financeira prévia da unidade responsável pela gestão financeira, que submeterá à decisão do Presidente da Câmara.

Artigo 18.º**Assunção de compromissos plurianuais**

I. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º I do artigo 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da LCPA e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, é concedida autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, nos casos seguintes:

- a) Resultem projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 EUR em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos; ou
- c) Resultem de reprogramações financeiras decorrentes de acordos de pagamentos, quando legalmente admissíveis, e alterações ao cronograma físico de investimentos.

Artigo 19.º**Autorizações assumidas**

I. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar – crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações telefónicas e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.

2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.

SECÇÃO III

PROCEDIMENTOS E REGRAS ESPECIAIS PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA

Artigo 20.º

Equipamentos e soluções informáticas

1. As necessidades de *hardware* e *software* devem ser encaminhadas para unidade responsável pela gestão do parque informático, a quem cabe avaliar as solicitações apresentadas.
2. Os procedimentos de negociação ficam centralizados na unidade responsável pelo aprovisionamento, com base nos requisitos técnicos definidos pela unidade responsável pela gestão do parque informático.

Artigo 21.º

Seguros

1. Cabe à unidade responsável pelo aprovisionamento desenvolver todos os procedimentos relativos à contratação de seguros do Município.
2. Os serviços municipais devem encaminhar àquela unidade as necessidades de cobertura de risco com antecedência mínima de 30 dias em relação à data de início de vigência da apólice pretendida.
3. Os elementos relativos à participação de sinistros devem ser comunicados no prazo de dois dias úteis à corretora a indicar pela unidade responsável pelo aprovisionamento.
4. Sempre que das informações constantes de um processo de sinistros se conclua pela negligência ou qualquer outro facto associado à não intervenção atempada dos serviços, (por exemplo, deficiente estado de conservação, reparação ou sinalização da via pública), deverão os responsáveis máximos desses serviços instaurar processo formal de averiguações, a fim de corrigir disfuncionalidades, apurar responsabilidades e, eventualmente, ressarcir o cofre municipal dos prejuízos causados.

Artigo 22.º

Despesas de deslocação

1. A utilização de viatura própria carece sempre de autorização prévia e expressa do Presidente da Câmara, nos termos definidos no Regulamento Interno de Uso de Veículos.
2. Aquando da elaboração da requisição para deslocações que contemplem estadia, tem de ser identificado o local preciso de destino para facilitar a escolha da localização de alojamento.
3. Os trabalhadores que beneficiem de adiantamentos para ajudas de custo e deslocações ficam obrigados a apresentar a documentação justificativa das despesas realizadas dentro de 5 dias, contados da data do seu regresso ao serviço.

Artigo 23.º

Reposições ao Município

1. As reposições ao Município de dinheiros indevidamente pagos devem obedecer aos seguintes procedimentos:
 - a) Por meio de guia ou por desconto em folhas de abonos;
 - b) Devem realizar-se no prazo máximo de 30 dias a contar da receção da respetiva comunicação.
2. A reposição em prestações mensais pode ser autorizada pelo Presidente da Câmara, em casos especiais, cujo número de prestações será fixado para cada caso, mas sem que o prazo de reembolso ou reposição possa exceder o ano económico seguinte àquele em que o despacho for proferido.
3. Em casos especiais poderá o Presidente da Câmara autorizar que o número de prestações exceda o prazo referido no número anterior, não podendo, porém, cada prestação mensal ser inferior a 5% da totalidade da quantia a repor desde que não exceda 30% do vencimento base, caso em que pode ser inferior ao limite de 5%.

Artigo 24.º**Despesas de representação**

As despesas relativas a encargos de representação e aquisição de bens para oferta carecem de autorização expressa e prévia do Presidente da Câmara.

SECÇÃO IV**CELEBRAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS E PROTOCOLOS****Artigo 25.º****Responsabilidade pela elaboração e celebração de contratos**

1. Compete ao dirigente da unidade responsável pelo aprovisionamento a elaboração de todos os contratos administrativos referentes a procedimentos aquisitivos.
2. Compete à unidade responsável pela gestão financeira a remessa ao Tribunal de Contas, para efeitos de fiscalização prévia, dos contratos celebrados pelo Município, nos termos do artigo 46.º da Lei n.º 98/97, de 26 agosto, na sua redação atual.

Artigo 26.º**Contratos de cooperação e contratos interadministrativos**

1. Os contratos de cooperação e contratos interadministrativos que configurem responsabilidades financeiras para o Município, deverão obter o prévio parecer da unidade responsável pela gestão financeira para efeitos de reconhecimento da respetiva despesa e/ou receita.
2. Competirá à unidade responsável pela gestão financeira proceder aos registos contabilísticos adequados à execução dos protocolos e contratos interadministrativos referidos no ponto anterior.

Artigo 27.º**Contratos de tarefa e avença**

1. A celebração de contratos de prestação de serviços nas modalidades de contratos de tarefa e de avença apenas pode ter lugar desde que preenchidos os requisitos previstos no artigo 32.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, são inscritos na rubrica orçamental D11 todos os contratos de tarefa e avença celebrados em nome individual.
3. Os restantes contratos que, em nome individual, têm carácter esporádico, não têm qualquer expectativa de continuidade nem de repetição, são inscritos na rubrica orçamental D2.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 28.º

Dúvidas sobre a execução do orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara, sem prejuízo das competências materiais dos Órgãos do Município.

PARTE III – TERMOS DE ENCERRAMENTO

APROVAÇÃO PELO ÓRGÃO EXECUTIVO

Pelo exposto, os Documentos Previsionais para o exercício de 2018, importam tanto na receita como na despesa, no total nove milhões novecentos e trinta mil setecentos e dois euros (9.930.702,00 EUR), e foram aprovados por maioria, pelo órgão executivo colegial, de harmonia com o disposto na alínea c), n.º I, artigo 33.º, Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e ulteriores retificações e alterações, na reunião realizada em 20 de dezembro de 2017, para serem presentes à Assembleia Municipal.

O Órgão Executivo Colegial

O Presidente:

Os Vereadores:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros do Órgão Executivo Colegial, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de abril.)

APROVADO PELO ÓRGÃO DELIBERATIVO

Os Documentos Previsionais para o exercício de 2018 que antecedem, foram presentes e submetidos sob proposta, em sessão ordinária da Assembleia Municipal, que se realizou em 27 de dezembro de 2017 tendo todas as folhas e anexos sido rubricados pelos elementos da mesa, que abaixo assinam.

O Órgão Deliberativo

O Presidente:



Primeiro Secretário:

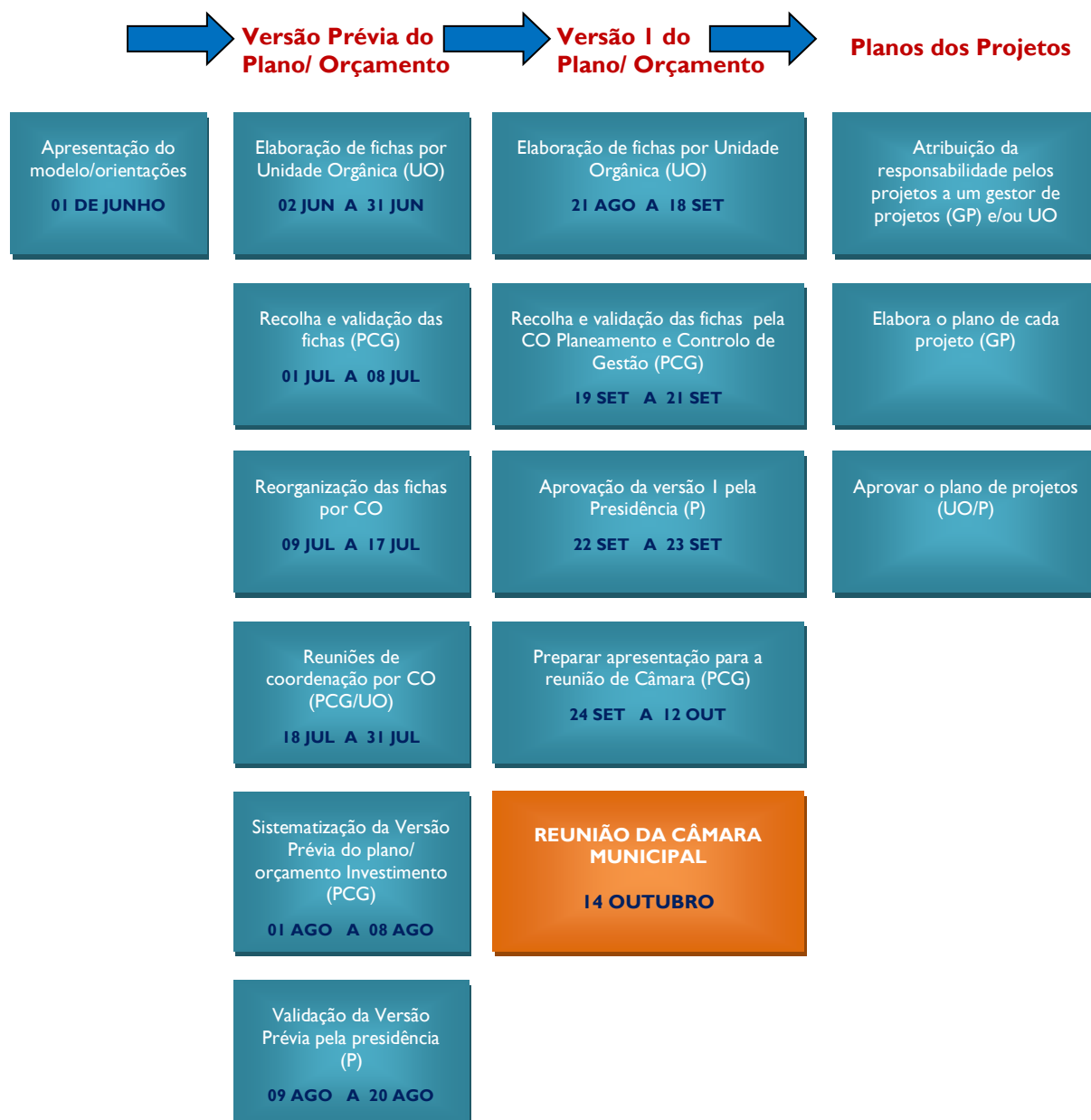
Segundo Secretário:

(O presente documento, contém assinaturas eletrónicas qualificadas do cartão de cidadão dos membros da mesa do Órgão Deliberativo, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 290-D/99, de 02 de agosto, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 88/2009, de 09 de abril.)

PARTE IV – LISTA DE ANEXOS

1. CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS
2. RESUMO DO ORÇAMENTO
3. RESUMO DA RECEITA E DA DESPESA
4. ORÇAMENTO DA RECEITA
5. ORÇAMENTO DA DESPESA
6. RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
7. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (PPI)
8. MAPA DE EMPRÉSTIMOS

CALENDARIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019



RESUMO DO ORÇAMENTO

<p>ENTIDADE</p> <p>MUNICÍPIO DE ARMAMAR</p>

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

RECEITAS	MONTANTE	DESPESAS	MONTANTE
Correntes	7.727.613,00	Correntes	6.877.644,00
De capital	2.203.089,00	De capital	3.053.058,00
Total	9.930.702,00	Total	9.930.702,00
Serviços Municipalizados		Serviços Municipalizados	
Total Geral	9.930.702,00	Total Geral	9.930.702,00

<p>Em ____ de _____ de ____</p> <p>_____</p>
--

<p>Em ____ de _____ de ____</p> <p>_____</p>
--

DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018

R E C E I T A S	MONTANTE	%
RECEITAS CORRENTES		
01 IMPOSTOS DIRECTOS	702.010,00	7.1
02 IMPOSTOS INDIRECTOS	23.520,00	0.2
04 TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	194.800,00	2.0
05 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	284.240,00	2.9
06 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.315.724,00	53.5
07 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.152.265,00	11.6
08 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	55.054,00	0.6
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	7.727.613,00	77.8
RECEITAS DE CAPITAL		
09 VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	100.570,00	1.0
10 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338.269,00	13.5
11 ACTIVOS FINANCEIROS		
12 PASSIVOS FINANCEIROS	750.000,00	7.6
13 OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50,00	0.0
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	2.188.889,00	22.0
OUTRAS RECEITAS		
15 REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	14.200,00	0.1
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	14.200,00	0.1
TOTAL GERAL	9.930.702,00	100.0

D E S P E S A S	MONTANTE	%
DESPESAS CORRENTES		
01 DESPESAS COM O PESSOAL	3.324.722,00	33.5
02 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.117.677,00	31.4
03 JUROS E OUTROS ENCARGOS	117.075,00	1.2
04 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	186.570,00	1.9
05 SUBSÍDIOS	88.500,00	0.9
06 OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.100,00	0.4
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	6.877.644,00	69.3
DESPESAS DE CAPITAL		
07 AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.731.270,00	17.4
08 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	192.060,00	1.9
09 ACTIVOS FINANCEIROS	52.482,00	0.5
10 PASSIVOS FINANCEIROS	1.077.246,00	10.8
11 OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL		
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	3.053.058,00	30.7
TOTAL GERAL	9.930.702,00	100.0

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 1

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
	R E C E I T A S C O R R E N T E S	7.727.613,00
01	IMPOSTOS DIRECTOS	702.010,00
01.02	OUTROS	702.010,00
01.02.02	Imposto Municipal Sobre Imóveis (I.M.I.)	460.500,00
01.02.03	Imposto Único de Circulação (I.U.C)	118.500,00
01.02.04	Imposto Municipal s/Transmissões Onerosas de Imóveis.(I.M.T)	25.000,00
01.02.05	Derrama	98.000,00
01.02.07	Imposto Abolidos	10,00
01.02.07.01	Contribuição Autárquica	10,00
02	IMPOSTOS INDIRECTOS	23.520,00
02.02	OUTROS	23.520,00
02.02.06	IMPOSTOS INDIRECTOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	23.520,00
02.02.06.01	Mercados e Feiras	8.700,00
02.02.06.02	Loteamento e Obras	10.800,00
02.02.06.03	Ocupação de Via Pública	1.100,00
02.02.06.05	Publicidade	500,00
02.02.06.06	Saneamento	20,00
02.02.06.07	Utilização da Rede Viária Municipal	50,00
02.02.06.99	Outros	2.350,00
02.02.06.99.01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	500,00
02.02.06.99.02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	50,00
02.02.06.99.99	Outras	1.800,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	194.800,00
04.01	TAXAS	172.600,00
04.01.23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	172.600,00
04.01.23.01	Mercados e Feiras	1.600,00
04.01.23.02	Loteamento e Obras	40.600,00
04.01.23.03	Ocupação de Via Pública	2.750,00
04.01.23.05	Caça, uso e porte de arma	52.500,00
04.01.23.06	Saneamento	62.350,00
04.01.23.99	OUTRAS TAXAS	12.800,00
04.01.23.99.01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação (TDFTH)	150,00
04.01.23.99.02	Taxa pela emissão do certificado de registo	150,00
04.01.23.99.99	Outras	12.500,00
04.02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	22.200,00
04.02.01	Juros de mora	18.500,00
04.02.02	Juros compensatórios	1.750,00
04.02.04	Coimas e Penalidades por contra-ordenações	150,00
04.02.99	Multas e penalidades diversas	1.800,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	284.240,00
05.02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	10,00
05.02.01	Bancos e Outras Instituições Financeiras	10,00
05.07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	8.030,00
05.07.01	Empresas públicas	10,00
05.07.02	Empresas Públicas municipais e intermunicipais	10,00
05.07.03	Empresa privadas	10,00
05.07.99	Outras	8.000,00
05.10	RENDAS	276.200,00
05.10.01	Terrenos	276.000,00
05.10.03	Habitações	50,00
05.10.04	Edifícios	50,00
05.10.05	Bens do Domínio Público	50,00
05.10.99	Outros	50,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.315.724,00
06.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.303.074,00
06.03.01	ESTADO	5.016.609,00
06.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	4.103.724,00
06.03.01.02	Fudo Social Municipal	205.985,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 2

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
06.03.01.99	Outras	706.900,00
06.03.01.99.01	Pessoal N/docente do Ensino Pré-Escolar	77.350,00
06.03.01.99.02	Pessoal N/docente do 1ºciclo do Ensino básico	125.350,00
06.03.01.99.03	Pessoal N/docente do 2º e 3ºciclo do Ensino básico	335.150,00
06.03.01.99.04	Pessoal N/docente s/Funções letivas	45.900,00
06.03.01.99.05	Acordo de cooperação pré-escolar	31.100,00
06.03.01.99.06	Situações especiais do 2º e 3º ciclos	13.650,00
06.03.01.99.07	Atividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo	26.200,00
06.03.01.99.09	Componente social	26.600,00
06.03.01.99.99	Outras	25.600,00
06.03.06	Estado-Participação Comunitária em Proj.Co-Financiados	131.085,00
06.03.06.04	Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (POISE)	43.035,00
06.03.06.05	Programa Operacional Regional do Norte (NORTE 2020) - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	88.050,00
06.03.07	Serviços e Fundos Autónomos	15.380,00
06.03.09	Serviços e Fundos Autónomos - Subsistema Proteção à Família e Polít.Ativas Emp.e Formação Profissional	140.000,00
06.03.09.01	Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)	140.000,00
06.06	SEGURANÇA SOCIAL	12.650,00
06.06.01	Sistema de Solidariedade e Segurança Social	12.650,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	1.152.265,00
07.01	VENDA DE BENS	417.300,00
07.01.03	Publicações e Impressos	50,00
07.01.04	Fardamentos e Artigos Pessoais	10,00
07.01.05	Bens Inutilizados	10,00
07.01.06	Produtos Agrícolas e pecuários	10,00
07.01.08	MERCADORIAS	417.150,00
07.01.08.02	Água	415.500,00
07.01.08.99	Outros	1.650,00
07.01.09	Matérias de consumo	10,00
07.01.10	Desperdícios, resíduos e refugos	20,00
07.01.10.01	Sucata	10,00
07.01.10.99	Outros	10,00
07.01.11	Produtos acabados e intermédios	30,00
07.01.11.01	Inertes	10,00
07.01.11.02	Água	10,00
07.01.11.99	Outros	10,00
07.01.99	Outros	10,00
07.02	SERVIÇOS	575.310,00
07.02.01	Aluguer de Espaços e Equipamentos	55.500,00
07.02.03	Vistorias e ensaios	500,00
07.02.07	Alimentação e alojamento	10,00
07.02.08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	48.050,00
07.02.08.01	Serviços Sociais	10,00
07.02.08.02	Serviços Recreativos	20,00
07.02.08.02.01	Turismo Sénior	10,00
07.02.08.02.99	Outros	10,00
07.02.08.03	Serviços Culturais	20,00
07.02.08.03.01	Turismo Sénior	10,00
07.02.08.03.99	Outros	10,00
07.02.08.04	Serviços desportivos	48.000,00
07.02.09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	469.100,00
07.02.09.01	Saneamento e águas residuais	132.500,00
07.02.09.02	Resíduos Sólidos	256.500,00
07.02.09.03	Transportes Colectivos de Pessoas e Mercadorias	2.900,00
07.02.09.03.02	Transportes Escolares	2.800,00
07.02.09.03.99	Outros	100,00
07.02.09.04	Trabalhos por Conta de Particulares	1.250,00
07.02.09.05	Cemitérios	950,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
----------------------------------	----------------------	----------------------------------

PÁGINA : 3

CÓDIGOS	DESIGNAÇÃO	MONTANTE
07.02.09.06	Mercados e Feiras	19.450,00
07.02.09.99	Outros Serviços específicos das autarquias	55.550,00
07.02.99	Outros Serviços	2.150,00
07.03	RENDAS	159.655,00
07.03.01	Habitações	10.070,00
07.03.02	Edifícios	10,00
07.03.99	Outras	149.575,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	55.054,00
08.01	OUTRAS	55.054,00
08.01.99	OUTRAS	55.054,00
08.01.99.01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	50,00
08.01.99.02	Indemniz.estracos provocados por outrém viaturas ou outros equipamentos das autarquias	50,00
08.01.99.03	IVA Reembolsado	8.750,00
08.01.99.99	DIVERSAS	46.204,00
08.01.99.99.02	Emolumentos de Custas de Execuções Fiscais	3.750,00
08.01.99.99.99	Receitas Correntes Diversas	42.454,00
	R E C E I T A S D E C A P I T A L	2.188.889,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	100.570,00
09.01	TERRENOS	57.150,00
09.01.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	33.550,00
09.01.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.01.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.01.10	Famílias	23.500,00
09.02	HABITAÇÕES	50,00
09.02.10	Famílias	50,00
09.03	EDIFÍCIOS	37.850,00
09.03.01	Sociedades e Quase-Sociedades Não Financeiras	37.700,00
09.03.02	Sociedades Financeiras	50,00
09.03.09	Instituições S/Fins Lucrativos	50,00
09.03.10	Famílias	50,00
09.04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	5.520,00
09.04.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	5.070,00
09.04.01.01	Equipamento de Transporte	2.550,00
09.04.01.02	Maquinaria e Equipamento	850,00
09.04.01.03	Outros	1.670,00
09.04.02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	150,00
09.04.02.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.02.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.02.03	Outros	50,00
09.04.09	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	150,00
09.04.09.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.09.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.09.03	Outros	50,00
09.04.10	FAMILIAS	150,00
09.04.10.01	Equipamento de Transporte	50,00
09.04.10.02	Maquinaria e Equipamento	50,00
09.04.10.03	Outros	50,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.338.269,00
10.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	100,00
10.01.01	PÚBLICAS	50,00
10.01.01.01	Empresas Publicas(EP)	50,00
10.01.02	Privadas	50,00
10.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	1.338.169,00
10.03.01	ESTADO	485.469,00
10.03.01.01	Fundo de Equilíbrio Financeiro(FEF)	455.969,00
10.03.01.04	Cooperação Técnica e Financeira	29.500,00
10.03.01.04.01	Ministério de Educação	20.000,00
10.03.01.04.02	Direção Geral das Autarquias Locais: Fundo de Emergência Municipal	9.500,00

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA RECEITA	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
--------------------------------------	----------------------	----------------------------------

CÓDIGOS	D E S I G N A Ç Ã O	M O N T A N T E
10.03.07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJECTOS CO-FINANCIADOS	852.700,00
10.03.07.02	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional(FEDER)	693.010,00
10.03.07.04	Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR)	149.075,00
10.03.07.05	Programa Regional de Desenvolvimento Rural (PDR)	10.615,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	750.000,00
12.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	350.000,00
12.05.02	Sociedades Financeiras	350.000,00
12.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	400.000,00
12.06.02	Sociedades Financeiras	400.000,00
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	50,00
13.01	OUTRAS	50,00
13.01.01	Indemnizações	50,00
	O U T R A S R E C E I T A S	14.200,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	14.200,00
15.01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	14.200,00
15.01.01	Reposições não abatidas nos pagamentos	14.200,00
TOTAL DAS RECEITAS		9.930.702,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE Município de Armamar	ORÇAMENTO DA DESPESA (POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA)	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
----------------------------------	---	----------------------------------

PÁGINA : 1

CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
	D E S P E S A S C O R R E N T E S	6.877.644,00
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.324.722,00
01.01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.541.558,00
01.01.01	Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	90.466,00
01.01.04	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas por tempo indeterminado	1.748.822,00
01.01.04.01	Pessoal em funções	1.689.092,00
01.01.04.02	Alterações Obrigatórias de posicionamento remuneratório	39.390,00
01.01.04.04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	20.340,00
01.01.06	Pessoal em regime de contrato de trabalho para o exercício de funções públicas a termo resolutivo	5.135,00
01.01.06.01	Pessoal em funções	5.135,00
01.01.07	Pessoal em regime de tarefa ou avença	93.000,00
01.01.08	Pessoal aguardando aposentação	2.000,00
01.01.09	Pessoal em qualquer outra situação	41.758,00
01.01.11	Representação	25.616,00
01.01.13	SUBSIDIO DE REFEIÇÃO	208.085,00
01.01.13.01	Pessoal em funções	198.845,00
01.01.13.02	Pessoal em qualquer outra situação	5.775,00
01.01.13.03	Membros dos órgãos autárquicos	3.465,00
01.01.14	SUBSIDIO DE FÉRIAS E DE NATAL	307.176,00
01.01.14.01	Pessoal em funções	271.867,00
01.01.14.02	Pessoal em qualquer outra situação	35.309,00
01.01.15	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	19.500,00
01.02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	56.985,00
01.02.02	Horas extraordinárias	28.500,00
01.02.03	Alimentação e alojamento	100,00
01.02.04	Ajudas de custo	7.980,00
01.02.05	Abono para falhas	6.935,00
01.02.12	Indemnizações por cessação de funções	650,00
01.02.13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	12.820,00
01.02.13.01	Prémios de Desempenho	10,00
01.02.13.02	Outros	10,00
01.02.13.03	Senhas de presença	12.800,00
01.03	SEGURANÇA SOCIAL	726.179,00
01.03.01	Encargos com a saúde	113.000,00
01.03.02	Outros encargos com a saúde	22.795,00
01.03.03	Subsidio familiar a crianças e jovens	19.080,00
01.03.04	Outras prestações familiares	5.724,00
01.03.05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	508.560,00
01.03.05.01	Assistência na doença dos funcionários públicos ADSE	260,00
01.03.05.02	Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções públicas (RCTFP)	505.140,00
01.03.05.02.01	Caixa Geral de Aposentações	284.110,00
01.03.05.02.02	Segurança Social - Regime Geral	221.030,00
01.03.05.03	Outros	3.160,00
01.03.05.03.01	Serviços de Assistencia Medico-Social (SAMS)	1.810,00
01.03.05.03.03	Segurança Social - Entidades Contratantes trabalhadores independentes	1.350,00
01.03.08	Outras pensões	10,00
01.03.09	SEGUROS	57.000,00
01.03.09.01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	57.000,00
01.03.10	Outras despesas de segurança social	10,00
01.03.10.99	Outras despesas de Segurança Social	10,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	3.117.677,00
02.01	AQUISIÇÃO DE BENS	776.320,00
02.01.01	Matérias primas e subsdiárias	40.000,00
02.01.02	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES	88.510,00
02.01.02.01	Gasolina	50,00

02010202		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
02.01.02.02	Gasóleo	82.000,00
02.01.02.99	Outros	6.460,00
02.01.03	Munições,explosivos e artificios	10,00
02.01.04	Limpeza e higiene	9.050,00
02.01.05	Alimentação - Refeições confeccionadas	52.300,00
02.01.06	Alimentação - Géneros para confeccionar	10,00
02.01.07	Vestuário e artigos pessoais	200,00
02.01.08	Material de escritório	6.000,00
02.01.09	Produtos químicos e farmacêuticos	8.000,00
02.01.12	Material de transporte - Peças	25.500,00
02.01.14	Outro material - Peças	1.000,00
02.01.15	Prémios,condecorações e ofertas	6.000,00
02.01.16	MERCADORIAS PARA VENDA	405.250,00
02.01.16.01	Água	405.050,00
02.01.16.03	Outros	200,00
02.01.17	Ferramentas e utensilios	200,00
02.01.18	Livros e documentação técnica	100,00
02.01.19	Artigos honoríficos e de decoração	660,00
02.01.20	Material de educação, cultura e recreio	8.530,00
02.01.21	Outros bens	125.000,00
02.02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	2.341.357,00
02.02.01	Encargos de instalações	436.000,00
02.02.02	Limpeza e higiene	318.720,00
02.02.03	Conservação de bens	44.000,00
02.02.04	Locação de edifícios	330.108,00
02.02.05	Locação de material de informática	21.000,00
02.02.06	Locação de material de transporte	18.192,00
02.02.08	Locação de outros bens	21.172,00
02.02.09	Comunicações	56.600,00
02.02.10	Transportes	105.000,00
02.02.11	Representação dos serviços	710,00
02.02.12	Seguros	51.550,00
02.02.13	Deslocações e estadas	30.000,00
02.02.14	Estudos,pareceres,projectos e consultadoria	110.200,00
02.02.15	Formação	37.845,00
02.02.16	Seminários,exposições e similares	6.645,00
02.02.17	Publicidade	18.900,00
02.02.18	Vigilância e segurança	9.500,00
02.02.19	Assistência técnica	10.000,00
02.02.20	Outros trabalhos especializados	406.270,00
02.02.22	Serviços de saúde	3.000,00
02.02.24	Encargos de cobrança de receitas	18.000,00
02.02.25	Outros serviços	287.945,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	117.075,00
03.01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	54.158,00
03.01.03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	38.657,00
03.01.03.01	Empréstimos de Curto Prazo	2.500,00
03.01.03.02	EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	36.157,00
03.01.05	Administração Pública Central	15.501,00
03.01.05.02	Empréstimos de Médio e Longo Prazos	15.501,00
03.01.05.02.02	Programa de Apoio a Economia Local (PAEL)	15.501,00
03.02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	40.797,00
03.02.01	DESPEAS DIVERSAS	40.797,00
03.02.01.01	Comissões bancárias com manutenção de contas, contratos de empréstimos, factoring e cedências de créditos	40.797,00
03.03	JUROS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	10,00
03.03.05	Material de transporte	10,00
03.05	OUTROS JUROS	16.110,00
03.05.02	Outros	16.110,00
03.05.02.02	Juros de mora	8.000,00
03.05.02.03	Juros de contratos de factoring/cedência de créditos	8.100,00
03.05.02.99	Juros de acordos c/ fornecedores	10,00
03.06	OUTROS ENCARGOS FINANCEIROS	6.000,00

030601		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç Ã O	MONTANTE
03.06.01	Outros encargos financeiros	6.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	186.570,00
04.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	20,00
04.03.01	Estado	20,00
04.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	500,00
04.05.01	CONTINENTE	500,00
04.05.01.04	Associação de municípios	500,00
04.06	SEGURANÇA SOCIAL	1.000,00
04.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	1.000,00
04.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	27.800,00
04.07.01	Instituições sem fins lucrativos	27.800,00
04.08	FAMÍLIAS	157.250,00
04.08.02	Outras	157.250,00
04.08.02.01	Programas ocupacionais	157.250,00
05	SUBSÍDIOS	88.500,00
05.01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	80.500,00
05.01.03	Privadas	80.500,00
05.08	FAMÍLIAS	8.000,00
05.08.03	Outras	8.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	43.100,00
06.02	DIVERSAS	43.100,00
06.02.01	Impostos e taxas	21.500,00
06.02.03	OUTRAS	21.600,00
06.02.03.01	Outras Restituições	600,00
06.02.03.05	Outras	21.000,00
	D E S P E S A S D E C A P I T A L	3.053.058,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	1.731.270,00
07.01	INVESTIMENTOS	202.860,00
07.01.01	Terrenos	10,00
07.01.02	HABITAÇÕES	1.000,00
07.01.02.03	Reparação e Beneficiação	1.000,00
07.01.03	EDIFÍCIOS	1.000,00
07.01.03.05	Escolas	1.000,00
07.01.04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS	18.100,00
07.01.04.13	Outras Construções	18.100,00
07.01.06	MATERIAL DE TRANSPORTES	25.000,00
07.01.06.02	Outros	25.000,00
07.01.07	Equipamento de Informática	21.410,00
07.01.08	Software Informático	53.820,00
07.01.09	Equipamento Administrativo	500,00
07.01.10	EQUIPAMENTO BÁSICO	38.480,00
07.01.10.01	Equipamento de Recolha de Resíduos	1.000,00
07.01.10.02	Outros	37.480,00
07.01.11	Ferramentas e Utensílios	10.000,00
07.01.13	Investimentos Incorpóreos	32.000,00
07.01.15	Outros Investimentos	1.540,00
07.02	LOCAÇÃO FINANCEIRA	38.250,00
07.02.05	Material de transporte	38.250,00
07.03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	1.490.160,00
07.03.03	Outras construções e infraestruturas	1.490.160,00
07.03.03.01	Viadutos, Arruamentos E Obras Complementares	806.640,00
07.03.03.02	Sistema de Drenagem de Águas Residuais	6.500,00
07.03.03.03	Estações de Tratamento de Águas Residuais	197.870,00
07.03.03.04	Iluminação Pública	26.000,00
07.03.03.05	Parques e Jardins	180.000,00
07.03.03.08	Viação Rural	268.150,00
07.03.03.13	Outros	5.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	192.060,00
08.03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	530,00
08.03.06	Serviços e fundos autónomos	530,00
08.05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	50.000,00
08.05.01	CONTINENTE	50.000,00
08.05.01.02	Freguesias	50.000,00

0806		
CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA	D E S I G N A Ç ã O	MONTANTE
08.06	SEGURANÇA SOCIAL	62.030,00
08.06.01	Sistemas de solidariedade e segurança social	62.030,00
08.07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	79.500,00
08.07.01	Instituições sem fins lucrativos	79.500,00
09	ACTIVOS FINANCEIROS	52.482,00
09.08	UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	52.482,00
09.08.02	Sociedades e quase sociedades não financeiras-Públicas	52.482,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	1.077.246,00
10.05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	350.000,00
10.05.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	350.000,00
10.06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	727.246,00
10.06.03	Sociedades financeiras-Bancos e outras instituições financeiras	655.890,00
10.06.05	Administração Pública Central-Estado	71.356,00
10.06.05.02	Programa de Apoio á Economia Local (PAEL)	71.356,00
TOTAL GERAL DAS DESPESAS		9.930.702,00

Em ____ de _____ de ____

Em ____ de _____ de ____

ENTIDADE	RESUMO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018
Município de Aramar		

PÁGINA : 1

OBJETIVO	DESCRIÇÃO	REALIZADO		DESPESAS (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
				ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					
		PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021	OUTROS		
01	EDUCACAO E ENSINO	145.513,25	6.066,05	61.630,00	61.630,00		48.590,00	48.590,00			158.810,00	
0106	ENSINO NÃO SUPERIOR			61.630,00	61.630,00		48.590,00	48.590,00			158.810,00	
02	CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES			13.100,00	13.100,00						13.100,00	
0201	CULTURA			13.100,00	13.100,00						13.100,00	
03	ACCAO SOCIAL			900,00	900,00						900,00	
0301	AÇÃO SOCIAL/SERVIÇO SOCIAL			900,00	900,00						900,00	
05	HABITACAO, URBANIZACAO E TERRENOS			145.513,25	6.066,05	816.150,00	816.150,00		320.413,00			1.288.142,30
0502	ILUMINACAO PUBLICA				6.066,05	26.000,00	26.000,00					32.066,05
0503	URBANIZACAO			5.750,25		790.140,00	790.140,00		320.413,00			1.116.303,25
0505	TERRENOS			139.763,00		10,00	10,00					139.773,00
06	SANEAMENTO E SALUBRIDADE	40.024,17		268.980,00	268.980,00		1.981.771,00	88.760,00	2.500,00	2.500,00	2.384.535,17	
0601	REDE DE ESGOTOS	36.152,78		258.480,00	258.480,00		1.981.771,00	88.760,00	2.500,00	2.500,00	2.370.163,78	
0602	RESIDUOS SOLIDOS			4.000,00	4.000,00						4.000,00	
0605	SANEAMENTO	3.871,39		6.500,00	6.500,00						10.371,39	
08	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E ABASTECIMENTO PUBLICO	87.758,06		20.820,00	20.820,00		2.849.244,00	2.829.244,00			5.787.066,06	
0802	TURISMO			2.000,00	2.000,00		20.000,00				22.000,00	
0806	AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E CAÇA	87.758,06		18.820,00	18.820,00		2.829.244,00	2.829.244,00			5.765.066,06	
09	COMUNICACOES E TRANSPORTES	265.303,13		464.650,00	464.650,00		30.060,00	60,00	60,00		760.133,13	
0901	REDE VIARIA	265.303,13		464.650,00	464.650,00		30.060,00	60,00	60,00		760.133,13	
11	FUNCIONAMENTO DOS SERVICOS	301.551,72		325.125,00	325.125,00		40.000,00	5.000,00	5.000,00		676.676,72	
1101	EQUIPAMENTO	277.426,91		260.125,00	260.125,00		35.000,00				572.551,91	
1105	DIVERSAS NAO ESPECIFICADAS			50.000,00	50.000,00						50.000,00	
1107	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	24.124,81		15.000,00	15.000,00		5.000,00	5.000,00	5.000,00		54.124,81	
12	PATRIMONIO			2.000,00	2.000,00						2.000,00	
1202	PATRIMONIO-OUTROS			2.000,00	2.000,00						2.000,00	
TOTAL GERAL ...		840.150,33	6.066,05	1.973.355,00	1.973.355,00		5.270.078,00	2.971.654,00	7.560,00	2.500,00	11.071.363,38	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FUNTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	PC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE					OUTROS
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021			
1.					FUNÇÕES GERAIS									301.551,72		273.125,00	273.125,00		40.000,00	5.000,00	5.000,00		624.676,72	
1.1.					SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA									301.551,72		273.125,00	273.125,00		40.000,00	5.000,00	5.000,00		624.676,72	
1.1.1.					ADMINISTRAÇÃO GERAL									301.551,72		273.125,00	273.125,00		40.000,00	5.000,00	5.000,00		624.676,72	
1.1.1.1.	0103/070205	02	2013	2	RENOVAÇÃO DA FROTA DE TRANSPORTES DO MUNICÍPIO	OUTRA		100.0	EXE	2013/01/01	2021/03/31	4	190.630,99		38.250,00	38.250,00								228.880,99
1.1.1.1.	0104/07010602	07	2015	8	GRANDES REPARAÇÕES DE VIATURAS	OUTRA		100.0	DEPA	2015/01/01	2019/12/31	4	42.103,51		25.000,00	25.000,00		10.000,00						77.103,51
1.1.1.1.		08	2015	9	AQUIÇÃO DE MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	OUTRA		100.0	DEPA	2015/01/01	2019/12/31	4	44.692,41		40.000,00			25.000,00						109.692,41
1.1.1.1.	0104/07011002	08	2015	9													30.000,00							
1.1.1.1.	0104/070111	08	2015	9													10.000,00							
1.1.1.1.		01	2017	10	INVESTIMENTO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - MODERNIZAÇÃO	OUTRA				2017/01/02	2021/12/31		24.124,61		15.000,00			5.000,00	5.000,00	5.000,00			54.124,61	
1.1.1.1.	0103/070107	01	2017	10													8.000,00							
1.1.1.1.	0103/070108	01	2017	10													7.000,00							
1.1.1.1.		01	2018	4	PROMOÇÃO DAS TIC NA ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE ARMAR	OUTRA		15.0	85.0	2018/01/02	2018/12/31				154.875,00									154.875,00
1.1.1.1.	0103/020214	01	2018	4													73.360,00							
1.1.1.1.	0103/020225	01	2018	4													36.945,00							
1.1.1.1.	0103/070108	01	2018	4													44.570,00							
2.					FUNÇÕES SOCIAIS									185.537,42		1.134.760,00	1.134.760,00		2.350.774,00	137.350,00	2.500,00	2.500,00	3.813.421,42	
2.1.					EDUCAÇÃO											61.630,00	61.630,00		48.590,00	48.590,00			158.810,00	
2.1.1.					ENSINO NÃO SUPERIOR											61.630,00	61.630,00		48.590,00	48.590,00			158.810,00	
2.1.1.1.		01	2018	5	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CLUBE DE CIÊNCIAS	OUTRA		15.0	85.0	EXE	2018/01/02	2020/07/31			8.240,00			8.230,00	8.230,00					24.700,00
2.1.1.1.	0103/020120	01	2018	5													4.755,00							
2.1.1.1.	0103/020215	01	2018	5													3.185,00							
2.1.1.1.	0103/020216	01	2018	5													300,00							
2.1.1.1.		02	2018	6	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CLUBE DE LÍNGUAS	OUTRA		15.0	85.0	EXE	2018/01/02	2020/07/31			6.985,00			6.980,00	6.980,00					20.945,00
2.1.1.1.	0103/020120	02	2018	6													2.775,00							
2.1.1.1.	0103/020215	02	2018	6													4.210,00							
2.1.1.1.	0103/020216	03	2018	7	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CLUBE DE LITERATURA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31			4.985,00	4.985,00		4.980,00	4.985,00					14.950,00
2.1.1.1.	0103/020216	04	2018	8	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CLUBE DE HISTÓRIA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31			1.360,00	1.360,00		1.360,00	1.360,00					4.080,00
2.1.1.1.		05	2018	9	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CLUBE DE ROBÓTICA	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31			8.470,00			8.460,00	8.465,00					25.395,00
2.1.1.1.	0103/020215	05	2018	9													2.955,00							
2.1.1.1.	0103/020220	05	2018	9													5.515,00							
2.1.1.1.	0103/020215	06	2018	10	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARMAR-CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES	OUTRA		15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31			7.680,00	7.680,00		7.680,00	7.680,00					23.040,00
A TRANSPORTAR ...														301.551,72		310.845,00	310.845,00		77.680,00	42.700,00	5.000,00		737.786,72	

ENTIDADE				PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS										DOTAÇÕES INICIAIS DO ANO 2018	
Município de Aramar															

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO		DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISIVO
						AC	AA	PC							ANOS SEQUINTE			OUTROS				
										ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)												
										TOTAL	DEFINIDO		NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021						
A TRANSPORTAR ...													301.551,72		310.845,00	310.845,00		77.690,00	42.700,00	5.000,00		737.786,72
2.1.1.		07	2018	11	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-PLATAFORMA "+SUCESSO ESCOLAR"	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				9.000,00			9.000,00	8.990,00		26.990,00	
2.1.1.	0103/020214	07	2018	11	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-PUBLICAÇÕES/DIVULGAÇÕES	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31					4.930,00		1.900,00	1.900,00			
2.1.1.	0103/020215	07	2018	11												815,00						
2.1.1.	0103/020220	07	2018	11												3.255,00						
2.1.1.	0103/020217	08	2018	12											1.900,00	1.900,00						
2.1.1.	0103/070107	09	2018	13	COMBATE AO INSUCESSO ESCOLAR-CONSTRUIR SUCESSO ARAMAR-EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	OUTRA	15.0	85.0		2018/01/02	2020/07/31				13.010,00	13.010,00				13.010,00		
2.3.					SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAIS										900,00	900,00						
2.3.2.															900,00	900,00						
2.3.2.		02	2016	3	EQUIPAMENTO PARA GABINETE DE INSERÇÃO PROFISSIONAL		100.0			2016/01/02	2018/12/31				900,00						900,00	
2.3.2.	0103/070107	02	2016	3												400,00						
2.3.2.	0103/070109	02	2016	3												500,00						
2.4.					ABITAÇÃO E SERVIÇOS AUXILIARES								185.537,42		1.059.130,00	1.059.130,00		2.302.184,00	88.760,00	2.500,00	2.500,00	3.640.611,42
2.4.2.					ORDENAMENTO DO TERATÓRIO								145.513,25		790.150,00	790.150,00		320.413,00			1.256.076,25	
2.4.2.	0102/070101	09	2015	10	AQUISIÇÃO DE TERRENOS	OUTRA	100.0		EXE	2015/01/01	2018/12/31	9	139.763,00		10,00	10,00					139.773,00	
2.4.2.	0104/07030301	02	2017	7	VALORIZAÇÃO DE MODOS SUAVES (BICICLETA E PEDONAL) NAS DESLOCAÇÕES DE PROXIMIDADE	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			41.800,00	41.800,00		43.800,00			85.600,00	
2.4.2.	0104/07030305	03	2017	17	REGERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO JARDIM "IMBULADO CORAÇÃO DE MARIA"	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0			90.000,00	90.000,00					90.000,00	
2.4.2.	0104/07030301	04	2017	18	REGERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "PRACETA 25 DE ABRIL"	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			276.615,00	276.615,00		276.613,00			553.228,00	
2.4.2.	0104/07030301	05	2017	19	REGERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "HUA DO OUTEIRO"	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0			140.000,00	140.000,00					140.000,00	
2.4.2.	0104/07030305	06	2017	20	REGERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DA MISARELA	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	0			90.000,00	90.000,00					90.000,00	
2.4.2.	0104/07030301	07	2017	21	REGERAÇÃO URBANA-REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO "HUA CÂNDIDO DOS REIS	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2018/12/31	4			23.830,00	23.830,00					23.830,00	
2.4.2.	0104/07030301	09	2017	24	REQUALIFICAÇÃO URBANA- OBRAS DIVERSAS	EMPREITADA	100.0			2017/01/02	2018/12/31	4	5.750,25		127.895,00	127.895,00					133.645,25	
2.4.3.					SANEAMENTO								3.871,39		46.200,00	46.200,00		30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	87.371,39
2.4.3.	0104/07030302	03	2015	3	RAMAIS	ADM. DIR.	100.0		DEJA	2015/01/01	2018/12/31	3	3.871,39		6.500,00	6.500,00					10.371,39	
2.4.3.		01	2016	1	ELABORAÇÃO DE CADASTRO DAS INFRAESTRUTURAS EXISTENTES NOS SISTEMAS EM BAIXA	OUTRA	15.0	85.0	DEJA	2016/01/02	2022/12/31	0			39.700,00			30.000,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	77.200,00
A TRANSPORTAR ...													450.936,36		1.172.005,00	1.132.305,00		439.003,00	56.090,00	7.500,00	2.500,00	2.128.034,36

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DADOS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO	
							AC	AA	FC					PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEGUINTE					OUTROS
																TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	2021			
											INÍCIO	FIN												
A TRANSPORTAR ...														450.936,36		1.172.005,00	1.132.305,00		439.003,00	56.090,00	7.500,00	2.500,00	2.128.034,36	
2.4.3.	0104/020220	01	2016	1	RESÍDUOS SÓLIDOS	EMPREITADA	15.0	85.0	DESA	2016/03/01	2018/12/31	0	36.152,78		222.780,00	222.780,00	1.951.771,00	86.260,00					2.296.363,78	
2.4.3.	0104/070108	01	2016	1																				
2.4.3.	0104/0701002	01	2016	1																				
2.4.3.	0104/070113	01	2016	1																				
2.4.5.		04	2016	4																				
2.4.5.	0104/07011001	04	2016	4	CONSTRUÇÃO DE CAIXAS PARA A COLOCAÇÃO DE ECOPONTOS NA VILA DE ARMARAR	EMPREITADA	15.0	85.0							4.000,00								4.000,00	
2.4.5.	0104/07030313	04	2016	4																				
2.4.5.		01	2017	2																				
2.4.5.	0104/07011001	04	2016	4																				
2.4.5.	0104/07030313	04	2016	4																				
2.4.5.	0104/07030313	01	2017	2	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMARAR - FOLGESA	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			175.380,00								175.380,00	
2.4.5.	0104/020214	01	2017	2	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMARAR - LAZINHA	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			20.910,00	154.470,00	75.930,00						89.330,00	
2.4.5.	0104/07030303	01	2017	2																				
2.4.5.	0104/07030303	02	2017	3																				
2.4.5.	0104/07030303	03	2017	4																				
2.4.5.	0104/07030303	04	2017	5																				
2.4.5.	0104/07030303	03	2017	4	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMARAR - VAGALAR	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			10.000,00	10.000,00	833.200,00						843.200,00	
2.4.5.	0104/07030303	04	2017	5	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMARAR - VAGALAR	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	0			5.000,00	5.000,00	512.877,00						517.877,00	
2.4.5.	0104/07030303	05	2017	6	IMPLEMENTAÇÃO DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE ARMARAR - SISTEMA DE BALTEIRO	EMPREITADA	15.0	85.0		2017/01/02	2019/12/31	1	36.152,78		5.000,00	5.000,00	480.964,00	86.260,00					608.376,78	
2.4.5.	0104/07030303	01	2018	1	SISTEMA DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO MUNICÍPIO DE ARMARAR - CIMERES	EMPREITADA	15.0	85.0	DESA	2018/01/02	2019/12/31	0			10.000,00	10.000,00	48.800,00						58.800,00	
2.5.					SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS										13.100,00	13.100,00							13.100,00	
2.5.1.					CULTURA										13.100,00	13.100,00							13.100,00	
2.5.1.	0104/07010413	03	2017	30	AQUISIÇÃO DE COBERTURA METÁLICA DO PALCO FIJO NA ZONA DE LAZER DE ALDEIAS		100.0			2017/01/02	2018/12/31				13.100,00	13.100,00							13.100,00	
3.					FUNÇÕES ECONÔMICAS								353.061,19	6.066,05	511.470,00	511.470,00	2.879.304,00	2.829.304,00	60,00				6.579.265,24	
3.1.					AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA										13.820,00	13.820,00							13.820,00	
3.1.		01	2017	27	MELHORIAS DO ORDENAMENTO DOS RECURSOS CINEGÉTICOS DA ZCM		15.0	85.0	DESA	2017/01/02	2018/12/31				13.820,00								13.820,00	
3.1.	0104/020220	01	2017	27												10.000,00								
3.1.	0104/07011002	01	2017	27																				
A TRANSPORTAR ...														487.089,14		1.421.705,00	1.421.165,00		2.390.774,00	142.350,00	7.500,00	2.500,00	4.451.918,14	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÓMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPON SÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISITO
							AC	AA	FC							ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)			ANOS SEQUINTE			OUTROS	
														INICIO	FIN	PAGM. ANTÉ 1-JUL-2017	PAGM. PREV DE OUT-DEZ	TOTAL	DEFINIDO	NÃO DEFINIDO	2019	2020	
A TRANSPORTAR ...													487.089,14		1.421.705,00	1.421.165,00		2.390.774,00	142.350,00	7.500,00	2.500,00	4.451.918,14	
3.1.	0104/070115	01	2017	27	INDÚSTRIA E ENERGIA										6.066,05	26.000,00	540,00					32.066,05	
3.2.	0104/07030304	01	2017	28		ELETRIFICAÇÃO DA AVENIDA RIBEIRO DE ALMEIDA EM FONTELO		100.0		2017/01/02	2018/12/31			6.066,05	15.000,00	15.000,00						21.066,05	
3.2.	0104/07030304	02	2017	29	ELETRIFICAÇÃO DO LARGO DO TRIBUNAL EM ARMAR	OUTRA		100.0		2017/01/02	2018/12/31				11.000,00	11.000,00						11.000,00	
3.3.					TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES									265.303,13	464.650,00	464.650,00		30.060,00	60,00	60,00		760.133,13	
3.3.1.					TRANSPORTES RODOVIÁRIOS									265.303,13	463.650,00	463.650,00		30.060,00	60,00	60,00		759.133,13	
3.3.1.	0104/07030301	04	2015	4	PAVIMENTAÇÃO	OUTRA		100.0	DEPA	2015/01/01	2018/12/31	4	132.208,75		160.000,00	160.000,00						292.208,75	
3.3.1.	0104/07030301	06	2015	7	MORIS DE SUPORTE	EMPREITADA		100.0	DEPA	2015/01/01	2018/12/31	4	133.094,38		30.000,00	30.000,00		30.000,00				193.094,38	
3.3.1.	0104/07030308	05	2016	5	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 313 LOCALIZADA NA FREGUESIA DE ALDEIAS	EMPREITADA	8.2	91.8	DEPA	2016/07/01	2018/12/31	0			115.540,00	115.540,00						115.540,00	
3.3.1.	0104/07030308	06	2016	6	RECUPERAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DA E.M. 1100 LOCALIZADA NA UNIÃO DE FREGUESIAS DE VILA SOCA E SANTO ABRÃO	EMPREITADA	8.2	91.8	DEPA	2016/07/01	2018/12/31	0			152.610,00	152.610,00						152.610,00	
3.3.1.	0104/07030301	01	2018	2	criação de percursos pedonais no concelho de Armar	ADM. DIR.				DEPA	2018/01/02	2021/12/31			5.000,00	5.000,00		10,00	10,00	10,00		5.030,00	
3.3.1.	0104/07030301	02	2018	3	criação de interface na vila de Armar	EMPREITADA				DEPA	2018/01/02	2021/12/31			500,00	500,00		50,00	50,00	50,00		650,00	
3.3.3.					TRANSPORTES FLUVIAIS										1.000,00	1.000,00						1.000,00	
3.3.3.	0104/07030313	01	2017	25	CONSOLIDAÇÃO DOS TALUDES RIBEIRINHOS E ACESSOS AO RIO DOURO EM FOLGOSA					2017/01/02	2018/12/31				1.000,00	1.000,00						1.000,00	
3.4.					COMERCIO E TURISMO										2.000,00	2.000,00		20.000,00				22.000,00	
3.4.2.					TURISMO										2.000,00	2.000,00		20.000,00				22.000,00	
3.4.2.	0104/07030301	01	2017	9	PROMOÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DA ALDEIA RURAL DE GOUJOIM	OUTRA				2017/01/02	2018/12/31	0			1.000,00	1.000,00						1.000,00	
3.4.2.	0104/07030313	02	2017	23	REQUALIFICAÇÃO DA RIBEIRA DE GOUJOIM - PRAIA FLUVIAL	OUTRA				2017/01/02	2019/12/31	0			1.000,00	1.000,00		20.000,00				21.000,00	
3.5.					OUTRAS FUNÇÕES ECONÓMICAS								87.758,06		5.000,00	5.000,00		2.829.244,00	2.829.244,00			5.751.246,06	
3.5.	0104/07010413	12	2015	12	aproveitamento hidroagrícola de temilobos (ampliação) - regadio do monte raso	EMPREITADA		100.0	DEPA	2015/01/01	2019/12/31	1	87.758,06		5.000,00	5.000,00		2.829.244,00	2.829.244,00			5.751.246,06	
4.					OUTRAS FUNÇÕES										54.000,00	54.000,00						54.000,00	
4.2.					TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES										50.000,00	50.000,00						50.000,00	
4.2.	0104/08050102	02	2018	14	FREGUESIAS - CONTRATOS DE DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS	OUTRA		100.0		2018/01/02	2018/12/31	0			50.000,00	50.000,00						50.000,00	
4.3.					DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS										4.000,00	4.000,00						4.000,00	
4.3.		01	2017	8	REABILITAÇÃO ENERGÉTICA EM EDIFÍCIOS MUNICIPAIS-AUDITORIA,DIAGNÓSTICOS E IMPLEMENTAÇÃO	OUTRA		85.0		2017/01/02	2018/12/31				2.000,00							2.000,00	
4.3.	0104/020214	01	2017	8												1.000,00							
4.3.	0104/070115	01	2017	8					DEPA	2017/01/02	2018/12/31				2.000,00							2.000,00	
4.3.	0104/07010203	01	2017	26	RECONSTRUÇÃO E ALTERAÇÃO DE PATRIMÓNIO EDIFICADO	ADM. DIR.											1.000,00						
A TRANSPORTAR ...													840.150,33	6.066,05	1.973.355,00	1.972.355,00		5.270.078,00	2.971.654,00	7.560,00	2.500,00	11.071.363,38	

OBJETIVO	CÓDIGO DA CLASSIFIC. ECONÔMICA	CÓDIGO/ANO/NÚMERO DO PROJ. AÇÃO			DESCRIÇÃO	FORMA DE REALIZAÇÃO	FONTE DE FINANCIAMENTO			RESPONSÁVEL	DATAS		EX	REALIZADO		DESPESAS DE INVESTIMENTO (PREVISÃO)							TOTAL PREVISTO		
							AC	AA	FC							INÍCIO	FIM	PAGAM. ATÉ 1-OUT-2017	PAGAM. PREV DE OUT-DEZ	ANO EM CURSO (FINANCIAMENTO)				ANOS SEGUINTE	
														TOTAL	DEFINIDO					NÃO DEFINIDO	2019	2020		2021	
A TRANSPORTAR ...													840.150,33	6.066,05	1.973.355,00	1.972.355,00		5.270.078,00	2.971.654,00	7.560,00	2.500,00	11.071.363,38			
4.3.	0104/07010305	01	2017	26												1.000,00									
TOTAL GERAL ...													840.150,33	6.066,05	1.973.355,00	1.973.355,00		5.270.078,00	2.971.654,00	7.560,00	2.500,00	11.071.363,38			

FASES DE EXECUÇÃO

- 0 - NÃO INICIADA
- 1 - COM PROJECTO TÉCNICO
- 2 - ADJUDICADA
- 3 - EXECUÇÃO ATÉ 50%
- 4 - EXECUÇÃO FÍSICA SUPERIOR A 50%
- 9 - CONCLUÍDA
- P -

Em __ de _____ de ____

Em __ de _____ de ____

CÂMARA MUNICIPAL DE ARMAMAR

MAPA DE ENCARGOS ANUAIS PREVISIONAL A SATIZFAZER COM A LIQUIDAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS								ANO FINANCEIRO DE 2018			(Em Euros)	(Em Euros)
Data	Finalidades (objectivo/Programa)	Entidade Credora	Capital	Taxa de Juro		Prazo de Amortização	Anos Decorridos	Anos que faltam	Encargos do Ano		Capital Divida Início	Capital Divida Fim
				Inicial	Actual				Amortização	Juros		
16.07.01	Prejuizos causados pelos temporais - L/C intempéries D.L38/C-2001 de 8 de Fevereiro (Bonificado) - 9015/00222/0391	Caixa Geral Depósitos	399 038,32	2,400%	0,680%	20	16	4	25 081,46	84,12	100 461,39	75 379,93
16.07.01	Idem (Não Bonificado) 9015/00222/1191	Caixa Geral Depósitos	199 519,16	4,810%	1,373%	20	16	4	13 322,04	72,00	47 737,53	34 415,49
03.06.04	Urbanização áreas de Lazer Queimada, Queimadela, Travanca, Variante Sta. Barbara Armamar; Construção da Zona Industrial; Requalificação Urbana Zona Histórica de Armamar; Projecto e construção Piscina Coberta - 9140/01318/9191	Caixa Geral Depósitos	470 000,00	2,823%	1,526%	20	13	7	36 206,28	771,66	238 357,66	202 151,38
14.10.05	Construção da Zona Industrial de Armamar; Aquisição de terrenos em diversas freguesias; Arruamentos, infraestruturas eléctricas, calcetamento nas diversas freguesias do concelho; Caminho Municipal E.M. 544-I-Beneficiação do Troço Tões-Armamar e caminho municipal E. M. 544-I-Beneficiação do Troço queimadela/queimada/Tões e E.M. 545-Beneficiação do Troço Padrão/S. Romão - 9015004571891	Caixa Geral Depósitos	500 000,00	2,485%	1,238%	20	12	8	34 801,56	0,00	272 611,83	237 810,27
30.07.08	Const. Adutora de Abastecimento de água da Zona Sul e Poente do Concelho de Armamar e Construção de ETAR's compactas - 9015/ 002481/ 187/ 0019	Caixa Geral Depósitos	150 000,00	4,225%	5,290%	25	10,5	14,5	7 261,96	0,00	105 298,47	98 036,51
01/10/09	Centro Escolar de Armamar	Caixa Agrícola	195 000,00	2,336%	1,235%	20	9	11	11 142,37	1 223,77	142 206,54	131 064,17
22/06/2012	Reestruturacão financeira de empréstimos (0108/001457/491 e 9015/00284/1491) - 9015/007504/891	Caixa Geral Depósitos	4 131 977,03	2,560%	2,117%	10	5,5	4,5	448 150,92	15 403,89	1 941 987,64	1 493 836,72
16/11/12	Programa de Apoio à Economia Local - Programa II	Estado Português	987 993,72	2,600%	2,600%	14	5	9	71 355,10	15 500,69	642 195,93	570 840,83
20/12/13	Requalificação e valorização da EN 222, no troço DOC - Quinta da Reduída	Caixa Agrícola	363 000,00	5,340%	5,020%	10	4	6	39 923,09	7 150,83	258 358,73	218 435,64
	Diversas Obras		400 000,00			10	0	10	40 000,00	11 450,00	0,00	360 000,00
	TOTAL.....		7 396 528,23						727 244,78	51 656,96	3 749 215,72	3 421 970,94